



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro iniciada a primeira reunião de audiência pública de 2015 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, que compõe a Mesa conosco ao lado de sua equipe e poderá prestar esclarecimentos importantes acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária e dá outras providências, em atendimento, inclusive, ao art. 84 da Resolução nº 1 de 2006, do Congresso Nacional.

Anuncio, também, a presença da Sra. Esther Dweck, Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que está compondo a Mesa conosco ao lado do Ministro.

Convido, também, para a composição da Mesa — aliás, todos já estão sentados devido ao adiantado da hora —, o Relator do Projeto de Diretrizes Orçamentárias de 2015, Deputado Ricardo Teobaldo, nosso Relator-Geral. Juro que me esqueci do nome do Deputado Ricardo Barros. *(Risos.)* Convivo com ele dia e noite, e nós estamos aqui atrapalhados.

De acordo com o estabelecido no art. 398, inciso IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante vai dispor de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado assim que o permita, para concluir o seu raciocínio.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos podem interpelar o expositor. Poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto objeto da exposição feita pelo próprio Ministro.

Eu gostaria de, novamente, contar com a colaboração de todos, porque o prazo que sempre estipulamos é de 5 minutos, mas nós vamos pedir que façam as suas indagações em 3 minutos, com direito à réplica, tréplica, para que a gente possa ter o melhor aproveitamento desta reunião e todos possam fazer uso da palavra. Será dado igual tempo para responder, facultado, inclusive, interpor novamente sobre a pergunta que foi feita.

A lista de inscrição eu vou deixar naquela mesa para que todos possam preenchê-la. A Carla ou Camila estarão à disposição dos Srs. Parlamentares.



Inicialmente, eu queria dizer ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e aos Srs. e Sras. Parlamentares, que compõem o Senado Federal e a Câmara, que nós temos a honra de receber o Ministro aqui e realizar esta audiência pública para a discussão do nosso PL nº 01 de 2015, que dispõe sobre as diretrizes, orçamento e execução da Lei Orçamentária de 2016. Estamos, portanto, atendendo os pressupostos do nosso artigo da Resolução nº 01, de autoria do nosso Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, só uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Questão de ordem concedida.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Nós chegamos às 13 horas e estamos aqui. Então, nós fizemos uma lista de quem chegou, e permanecemos aqui. Eu gostaria que fosse respeitada aquela lista.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. me conhece bastante e sabe que vou respeitar todos os procedimentos que esta Comissão adota.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - V.Exa. falou...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu disse que aqueles outros que porventura não estivessem aqui e que, porventura, quisessem fazer a inscrição, estava aberta para que assim o seja.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quero dizer, ao mesmo tempo, que esta reunião também é muito oportuna, Sr. Deputado, para debatermos a proposta do ajuste fiscal do Governo Federal. Nós temos anunciado um bloqueio de cerca de 70 bilhões no Orçamento de 2015. Foi o maior contingenciamento de recursos do nosso Orçamento da história do Brasil.

Também reconhecemos que esta crise não tem precedente. O corte de quase 70 bilhões de Orçamento está sacrificando áreas prioritárias, Deputado Zeca, nosso Relator do PPA, para a área social e para o crescimento do País. Foi informado que o contingenciamento foi seletivo, ou seja, não linear, de modo a garantir os investimentos e ações sociais prioritárias.



No entanto, Sr. Ministro, mais da metade dos cortes afetou o Ministério da Cidade, o da Saúde, o da Educação, o de Transporte, com o bloqueio de 63% do total do contingenciamento. Apenas no PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, a vitrine da gestão atual, o bloqueio foi de 39% do orçamento que estava previsto. O Minha Casa Minha Vida, outro programa vitrine, eu diria, do Governo atual, teve o seu orçamento reduzido em 36%. Na educação, área em que milito — faço parte da frente parlamentar —, os cortes irão reduzir, por exemplo, as vagas de programas importantes como o PRONATEC, que busca financiar cursos de educação profissional e tecnológica ou mesmo o Ciência Sem Fronteiras, o programa de bolsas para que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior e que também busca trazer pesquisadores internacionais para o País.

Ontem uma nota do Ministério da Educação informou que essas vagas serão em número inferior as do ano passado. Infelizmente, Ministro, essa é uma constatação que eu sempre tenho afirmado ultimamente, contrário ao sentimento que gostaria de ter, de que nós estamos na educação dando um passo atrás.

Indagamos, portanto, se o Governo não teria outro caminho para o ajuste, com menor custo social, baseado em mais eficiência e mais cortes de gastos públicos.

V.Exa. sabe, Ministro, que ontem tivemos uma votação extremamente delicada. Sabemos do compromisso que temos que ter com o País para ajudar a sair da crise, mas foi um momento de muita angústia para muitas e muitos Sras. e Srs. Senadores que votaram apoiando a iniciativa do Governo.

Então, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Parlamentares, avaliamos que o quadro de desequilíbrio fiscal das contas do Governo não é de responsabilidade da camada mais pobre da população e nem pode ser suportado por ela, nem pelos trabalhadores aposentados, pensionistas, cada um daqueles que tem que dar a sua cota de sacrifício para que o País supere essa crise.

A classe média hoje reclama desses cortes feitos sem nenhuma avaliação mais profunda para que ela possa entender qual é o caminho que estamos percorrendo e aonde queremos chegar.

Se as causas desse desequilíbrio foram a desoneração fiscal de mais de 100 bilhões concedida na última década pelo Governo às grandes empresas, as



elevadas taxas da SELIC, que transferem recursos para o sistema financeiro, e a queda da arrecadação devido ao baixo crescimento no ano passado, não é justo, agora, que essa conta seja paga com cortes de recursos nas áreas sociais e nos investimentos.

Reconhecemos que o Brasil avançou nos últimos anos, Sr. Ministro, com a sua participação decisiva em programas importantes, no cuidado que sempre teve com a economia deste País. Houve redução do desemprego e também melhoria na renda do trabalhador. Milhares de famílias saíram da pobreza extrema, como foi mundialmente divulgado, e muitas conquistaram sua casa própria, o que gera estabilidade entre famílias de baixa renda. Milhões de brasileiros tiveram facilitado o acesso ao ensino técnico e ao ensino superior. Foram concluídos importantes projetos de infraestrutura. Mas, hoje, o País volta a atravessar um período de turbulências e incertezas. Gastos excessivos do Governo contribuem para pressionar a ciranda da inflação, que provoca alta de juros, prejudica a concessão de crédito e atrasa os investimentos.

Defendemos que é absolutamente necessário reencontrar um projeto de desenvolvimento e uma estratégia política capazes de enfrentar os desafios sem o sacrifício do bem-estar da população.

Já foi dito pela equipe econômica que o Brasil precisa passar por uma reengenharia para ser competitivo.

O Ministro Levy disse: *“Acabou o dinheiro. Chegamos ao final de um ciclo.”* Então, é hora de repensar o projeto, com o fortalecimento da produção, investimentos na indústria nacional e na agricultura, desenvolvimento de pesquisa, ciência e tecnologia e dinamização do mercado interno e da renda do trabalhador.

Neste Congresso, somos conscientes das nossas responsabilidades neste momento de crise. Não estamos nem de longe — o senhor pode levar esta certeza — indiferentes aos impactos e efeitos que nossas decisões sobre as medidas do ajuste fiscal irão provocar na sociedade e no futuro das nossas gerações. Mas, temos a convicção, também, Sr. Ministro, de que não estamos nem estaremos desconectados da voz e dos recados da rua.

Que possamos também, de fato, debater essas medidas estabelecidas para superar a retração da economia de 2015, mas com o cuidado de não termos a



elevação de tributos como única opção para elevar a arrecadação. A economia, como sabemos, não é uma ciência exata, mas ela pode ser humana.

Vamos pensar o futuro do Brasil, e é isso que estamos fazendo aqui, a todo momento, nesta Casa, mas não deixemos de lado o presente, o aqui e o agora, que sacrifica inúmeros brasileiros.

Antes de nada, quero agradecer a sua presença. Sei da disposição que V.Exa. tem e sempre teve de dialogar, de debater, e essa demonstração de hoje trará uma grande contribuição. Não só V.Exa. contribuirá, mas, tenho certeza de que Sras. e Srs. Deputados também poderão contribuir com a viva voz da sociedade representativa que aqui está.

Concedo a palavra ao Ministro Nelson Barbosa pelo prazo de 30 minutos.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Gostaria de cumprimentar a Senadora Rose de Freitas, Presidente da CMO, o Deputado Ricardo Barros, Relator do Projeto de Lei Orçamentária, o Deputado Ricardo Teobaldo, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, e todos os demais Parlamentares presentes, jornalistas, funcionários do Congresso Nacional e membros em geral desta audiência.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer à Senadora Rose de Freitas por ter atendido a um pedido nosso de marcar esta audiência para esta semana. A audiência inicialmente era para tratar somente da LDO, aí como nós tínhamos a previsão de lançar o contingenciamento na semana passada, eu solicitei à Senadora que adiasse a reunião por uma semana para que pudéssemos falar das duas coisas ao mesmo tempo e termos uma oportunidade de, com mais detalhes, poder esclarecer não só as diretrizes que nós estamos propondo para o Orçamento do ano que vem, como também as decisões administrativas de execução do Orçamento atual.

Eu vou fazer aqui uma breve apresentação, que vai estar disponível a todas as senhoras e aos senhores. Vou começar com o propósito original da audiência, falar um pouco sobre as diretrizes da LDO, e depois vou passar mais detalhadamente à questão do contingenciamento.

Em primeiro lugar, na programação que nós fizemos, a LDO sempre tem que estabelecer um cenário macroeconômico para balizar as projeções de receita e de



despesa. Esse cenário macroeconômico é revisado ou não a cada 2 meses. Assim como tem a reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central, de 6 em 6 semanas, para administrar a política monetária, há uma reunião de 2 em 2 meses da chamada Junta de Execução Orçamentária, composta pela Fazenda, Casa Civil e Ministério do Planejamento, que, dentre outras coisas, faz as revisões do cenário fiscal.

O cenário fiscal, agora revisado, anunciado por ocasião do contingenciamento, na última sexta-feira, é o apresentado no eslaide e prevê que, neste ano, há uma queda do PIB de 1,2% com uma recuperação já a partir de 2016, é um crescimento de 1%, em 2016; 1,9%, em 2017, e 2,4% em 2018. Esse é um cenário feito pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com base em modelos, e basicamente fica muito próximo do que o próprio mercado aponta.

Há uma elevação temporária da inflação neste ano, mas também com uma queda muito rápida da inflação já no ano que vem.

Como o Ministro Tombini esteve aqui ontem, o Banco Central trabalha com a perspectiva de trazer a inflação para um ritmo de 4,5% já no final do ano que vem.

E há as demais variáveis, são projeções baseadas em expectativa de mercado e nos modelos macroeconômicos do Ministério da Fazenda.

Na questão do salário mínimo, nós utilizamos aqui a previsão de PIB e a aplicação da regra de correção do salário mínimo pelo crescimento do PIB de 2 anos antes, que foi a regra proposta pelo Executivo e hoje é uma medida provisória em consideração no Congresso Nacional.

Esse cenário macroeconômico resulta em um cenário fiscal no qual o superávit primário do setor público é de 1,1% este ano e cerca de 2% nos anos seguintes.

Em linhas gerais, a proposta de reequilíbrio fiscal que nós estamos tentando implementar e estamos propondo ao Executivo e à sociedade brasileira como um todo é um reequilíbrio fiscal gradual, um reequilíbrio fiscal que sai de um déficit de 0,6% do PIB, no ano passado, e procura elevar o superávit primário para o nível de 2% do PIB a partir de 2016. É um ajuste que leva 2 anos, com maior intensidade



neste ano, mas que tem uma parte de elevação do resultado primário também prevista para o ano que vem.

Com esse resultado primário, nós esperamos ser possível, em primeiro lugar, estabilizar a chamada dívida líquida do Governo — você pega a dívida do Governo e tira os ativos financeiros, aí você tem a dívida líquida do Governo. Nós achamos que, com o primário de 2% do PIB, naquele cenário macroeconômico projetado pelo Ministério da Fazenda, será possível estabilizar o endividamento líquido do Governo em torno de 35% do PIB.

O endividamento bruto do Governo, ou seja, contando somente o lado do passivo, só a dívida que o Governo emitiu, ainda sobe este ano para 63% do PIB e começa a cair gradualmente a partir de 2016.

Na LDO, essa meta de 2% do PIB corresponde a um valor nominal de 126,7 bilhões e está um pouco maior que 2% do PIB, porque houve uma revisão do PIB para baixo. Quando fizemos a última atualização do cenário macroeconômico, nós revisamos o crescimento, a variação do PIB projetada para este ano para baixo, mas mantivemos o mesmo valor nominal para a meta do ano que vem, o mesmo valor de 126,7 bilhões, distribuídos entre o Governo central, com a maior parte desse esforço, as estatais federais, com um resultado equilibrado, e 22 bilhões para Estados e Municípios.

(Segue-se exibição de imagens.)

Na sequência, esses números são apresentados de forma gráfica. A linha vermelha mostra um pouco do sentido do reequilíbrio fiscal, que saía de um déficit de 0,6% para um primário de 2% do PIB. Ou seja, não tem problema você ter um déficit num ano, num ano atípico como foi o ano de 2014, mas isso não pode ser recorrente. Então, nós estamos propondo fazer um reequilíbrio fiscal gradual, aumentando o resultado primário e diminuindo o déficit público.

A linha de baixo é o resultado total do Governo. A diferença entre essas duas linhas é o quanto o Governo paga de juros sobre sua dívida.

O outro gráfico mostra a evolução da dívida líquida. Como eu falei, a previsão é de estabilidade em torno de 35% do PIB, 35,4% do PIB. E da dívida bruta, uma elevação neste ano, mas uma queda bem gradual a partir de 2016.

As prioridades para a elaboração da LOA.



A LDO normalmente coloca quais são as prioridades orçamentárias para a elaboração do Orçamento que vai ser enviado ao Congresso até o final de agosto. Neste ano, como este é o primeiro ano de mandato, também é o ano em que o Governo tem de apresentar seu Plano Plurianual, o chamado PPA. E no Plano Plurianual, normalmente, é que se apresentam as diretrizes do Orçamento.

Então, a LDO, neste ano, remeteu as diretrizes orçamentárias para o PPA, e o PPA é uma proposta que o Executivo vai fazer ao Legislativo até o final de agosto. E, nesse processo de construção do PPA, já estão sendo feitas várias audiências e consultas públicas, várias reuniões, uma reunião por cada grande Região do País, em um processo conjunto do Ministério do Planejamento e da Secretaria-Geral, chefiada pelo Ministro Miguel Rossetto.

Então, nós estamos colhendo, apresentando nossas sugestões de diretrizes orçamentárias, não só para o ano que vem, mas para os próximos 4 anos, e também colhendo as informações, colhendo as sugestões da população em geral para formatar a proposta do Executivo, proposta essa que depois será apreciada e aperfeiçoada por todos os senhores.

Esse processo, como eu falei, é uma iniciativa em conjunto do Planejamento e da Secretaria-Geral. Há um *site* em que as pessoas podem opinar, ordenar e dar suas sugestões, que é o “Participa.br”, administrado pela Secretaria-Geral.

Ainda na LDO, neste ano, nós propusemos uma nova diretriz ao Congresso Nacional para tentar dar maior previsibilidade e melhorar o horizonte de planejamento dos gastos com pessoal da União, de todos os Poderes.

O que essa regra significa? Já desde 2012, o gasto com pessoal do Governo Federal — incluindo União, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e os demais órgãos — tem-se mantido estável em proporção do PIB da economia. Desde 2012, a União tem gastado cerca de 4% do PIB com o pagamento de funcionalismo, tanto de funcionários na ativa quanto de aposentados e pensionistas. O nosso objetivo para o próximo ciclo de planejamento — 2016, 2017, 2018 e 2019 — é manter esse gasto estável em proporção do PIB e, se possível, cair, reduzir na proporção do PIB. Depende de duas coisas: depende do controle, do planejamento que nós vamos fazer do nosso gasto pessoal, e depende da evolução PIB. Então, essa é uma



estratégia que depende tanto da recuperação do crescimento como de uma boa administração dos recursos humanos no nível federal.

E a nossa proposta, que agora está em análise por parte do Congresso Nacional, faz parte da LDO, é fixar uma diretriz para isso, uma diretriz em que os gastos dos Três Poderes, no ano que vem, devem crescer na mesma proporção. Como a gente planeja implementar isso? Nós estamos num processo agora, num trabalho junto com a Casa Civil e o Ministério da Fazenda, calculando qual é o espaço fiscal que existe para aumentar a folha de pagamento no ano que vem.

Uma vez definido esse espaço fiscal — isso vai ser divulgado —, esse espaço fiscal vai ser dividido proporcionalmente entre todos os Poderes. E aí cada Poder, obviamente, é independente para dizer como vai alocar esse espaço fiscal. Esse é um espaço fiscal que pode ser alocado ou para reajuste de salário ou para contratação de novos funcionários, ou uma combinação dos dois.

Então, a nossa proposta neste momento é uma proposta qualitativa, que será transformada num número específico de espaço fiscal para o aumento da folha de pagamento, a ser divulgada e a ser enviada tanto ao Congresso Nacional como também aos demais Poderes.

Passando agora à questão orçamentária de 2015, como eu já falei, nós estamos tentando fazer um reequilíbrio fiscal que seja responsável tanto do ponto de vista financeiro quanto do ponto de vista social, uma elevação gradual do resultado primário que permita, do lado financeiro, estabilizar a dívida líquida do Governo, percentual do PIB, e promover uma queda gradual do endividamento bruto do Governo. Essa é a responsabilidade financeira. É o que a gente tem que fazer do ponto de vista macroeconômico.

Estamos também procurando fazer uma estratégia responsável do ponto de vista social, uma estratégia que implique um esforço de receita e um esforço de corte de despesas, que preserve os principais programas do Governo, principalmente os programas sociais, um contingenciamento que garanta a continuidade do processo de desenvolvimento com inclusão social e, como bem colocou a Senadora, que construa as bases de um novo ciclo de crescimento.

Nós estamos agora na transição de um ciclo de crescimento que foi muito beneficiado pela elevação dos preços das *commodities*, pelo bom cenário



internacional, cenário esse que começou a se reverter no final de 2012. E agora nós temos que construir as bases do novo ciclo de crescimento e desenvolvimento, em que nós temos que contar mais com os nossos fatores internos, mais com o aumento da produtividade, para criar um novo ciclo que continue o processo de inclusão social, mas um processo de inclusão social além da transferência de renda — preservar e consolidar toda a estrutura de transferência de renda que foi feita nos últimos anos e avançar para uma inclusão social também pela geração de oportunidades, pela geração de igualdade e oportunidade, para que as pessoas e as empresas possam ser agentes da sua própria inclusão, do seu próprio desenvolvimento.

Nesse processo, a programação orçamentária está prevista na LDO. Como eu falei, ela acontece de 2 em 2 meses, a partir da aprovação do Orçamento. Nessa programação orçamentária, cabe ao Executivo revisar o cenário macroeconômico. Ao revisar o cenário macroeconômico, nós reestimamos as receitas, reestimamos as despesas, e aí fazemos a seguinte conta: quanto pode ser o gasto discricionário do Governo — dado esse novo cenário de receitas e despesas — para atingir a meta de resultado primário proposta pelo Governo e aprovada pelo Congresso Nacional.

Então, o cenário envolve vários números. Mas, em linhas gerais, essa reavaliação de cenário resultou numa reestimativa, para menos, da receita total do Governo em cerca de 76 bilhões de reais. Então, em relação ao que nós trabalhávamos no final do ano passado, hoje a nossa estimativa é que a receita será 76 bilhões a menos. Isso implica uma menor transferência também, como parte dessa receita é dividida com Estados e Municípios, para Estados e Municípios, fazendo com que a receita líquida do Governo Federal, a receita que permanece com a União, após a transferência a Estados e Municípios, caia em 65 bilhões de reais. Então, é preciso reduzir a despesa total do Governo em 65 bilhões de reais, diante da redução da receita líquida do Governo.

Porém, quando nós fazemos também a reestimativa da despesa, a despesa obrigatória do Governo subiu 4,8 bilhões. Nós revisamos o nosso cenário de Previdência, nós revisamos o nosso cenário de pagamento de abono salarial e seguro-desemprego, com base nas propostas e nas mudanças que já foram aprovadas pelo Congresso Nacional, e revisamos cenários de evolução de outros



programas. Isso resultou numa elevação da despesa obrigatória em cerca de 4,8 bilhões de reais. Então, o contingenciamento tem que cobrir a queda de receita, de 65 bilhões de reais, e o aumento da despesa discricionária, de 4,8 bilhões de reais. Daí o número 69,9 bilhões de reais, que é o valor do contingenciamento necessário para atingir a meta proposta para este ano.

Eu não vou entrar em detalhes, dado o limite de tempo, e eu quero falar mais sobre a composição do contingenciamento e a lógica do contingenciamento: eu apresentei na sexta-feira os principais itens de variação de receita, como se decompõe entre a receita de tributos e de contribuições e também as demais receitas, como esses 76 bilhões são distribuídos.

Apresentei também as fontes de reestimativa da despesa, por que a despesa obrigatória subiu 4,8 bilhões de reais. Houve itens que subiram. Por exemplo, o de maior destaque é a desoneração da folha de pagamento. Na estimativa inicial, enviada ao Congresso Nacional em agosto do ano passado, estimava-se que o Governo teria que compensar a desoneração da folha de pagamento em cerca de 18 bilhões de reais. Revisando esse número, agora ele está em 22,6 bilhões de reais; aumentou 4,5 bilhões de reais. Isso está incorporado nas nossas projeções. Aliás, a estimativa de elevação do custo com a desoneração da folha é um dos motivos pelos quais o Governo propôs uma revisão dessa desoneração. O PL que revisa a desoneração da folha de pagamento está em análise na Câmara dos Deputados, e o seu Relator é o Deputado Leonardo Picciani. O Ministro Joaquim Levy está em negociação com o Relator sobre isso, porque essa despesa está crescendo mais do que esperávamos. Nós achamos necessário fazer uma revisão da desoneração da folha de pagamento, mantendo a desoneração, mas não na intensidade inicial com a qual ela havia sido proposta.

No caso das despesas que caem, há uma redução da despesa de abono e seguro-desemprego, por conta das medidas que foram propostas e aprovadas pelo Congresso Nacional. E neste momento eu queria agradecer, em nome do Governo, a todos os Deputados e a todos os Senadores que apoiaram a proposta do Governo na MP 665, que agora vai à sanção presidencial. Quero agradecer bastante todo apoio e todos os aperfeiçoamentos que foram propostos



Houve também uma redução da despesa inicialmente prevista para a Conta de Desenvolvimento Energético. Então, nessa composição — são vários itens — está detalhado por que a despesa obrigatória sobe 4,8 bilhões de reais.

Para dar uma noção melhor, há um gráfico da evolução da despesa obrigatória. Apesar do esforço, apesar das medidas que nós estamos propondo, ainda assim a despesa obrigatória do Governo cresce. Ela tem um crescimento vegetativo, ela cresce em proporção do PIB. Nossa estimativa é que ela passe de 14% do PIB, no ano passado, para 14,5% do PIB neste ano.

Parte disso é desaceleração do crescimento. Isto é uma razão. Há um numerador e há um denominador. O denominador, o PIB, está crescendo menos. Então, isso também causa uma elevação da despesa discricionária em termos relativos.

E há a manutenção dos programas sociais, o próprio crescimento da Previdência, a folha de pagamentos da União e outros programas que são obrigatórios. Então, há uma elevação da despesa obrigatória.

Para manter relativamente estável a despesa total do Governo, nós estamos propondo um contingenciamento que reduz a despesa discricionária — aquela despesa sobre a qual o Governo tem mais controle — de 4,7% do PIB para 4,2% do PIB. A soma desses dois movimentos — sobe a despesa obrigatória, cai a despesa discricionária — dá uma despesa total praticamente estável. Ela fica cerca de 0,1% maior que a do ano passado, mas praticamente estável, mesmo num contexto em que prevemos uma retração do nível de atividade econômica.

Isso mostra a intensidade do esforço fiscal, a importância da contenção do crescimento da despesa discricionária, ou seja, a parte que o Governo está cortando os seus próprios programas para viabilizar o cumprimento da meta.

Qual foi a nossa estratégia de contingenciamento? Como a Presidente da CMO falou, o esforço não foi linear, foi um esforço seletivo. Nós procuramos fazer um contingenciamento que atendesse esse valor macroeconômico necessário para atingir a meta, mas distribuir esse valor de uma forma que fosse possível preservar os programas mais prioritários, preservar os programas sociais, preservar os investimentos mais prioritários, sobretudo os investimentos que já estão em execução ou em quase conclusão. É por isso que os números diferem de Ministério



para Ministério. O contingenciamento vai preservar os investimentos prioritários, vai adaptar o cronograma de execução dos investimentos à disponibilidade financeira do Governo. Como acontece em qualquer família, em qualquer empresa, diante de uma restrição de recurso, é necessário programar melhor os seus gastos. É isso o que nós estamos fazendo. Mas isso não significa que as coisas vão parar, significa que elas vão ter que ser adaptadas a essa nova disponibilidade de recursos. Vários programas continuam, continuam numa velocidade compatível com o reequilíbrio fiscal.

Além disso, nós também vamos publicar — deve sair amanhã — uma portaria do Ministério do Planejamento prevendo metas de redução de gastos de custeio, aqueles gastos tipicamente de máquina pública: limpeza, aluguel, passagem, segurança, transporte. Não é um valor grande macroeconomicamente, mas também é um valor importante para ajudar nesse esforço fiscal e melhorar a produtividade do Governo.

Esse contingenciamento de 69,9 bilhões de reais é um contingenciamento que se distribui em dois grandes grupos. Há um corte, um contingenciamento na proposta que o Governo enviou ao Congresso Nacional em agosto. A proposta original que o Governo enviou ao Congresso em agosto de 2014, nós reduzimos essa proposta em 48,6 bilhões.

Sobre essas propostas, V.Exas. fizeram emendas, então esse orçamento aumentou. Sobre essas emendas — foram cerca de 29 bilhões de reais em emendas, em termos líquidos —, nós estamos propondo o contingenciamento de 21,4 bilhões de reais, ou seja, sobram cerca de 7 bilhões e pouco — parte delas já foi paga — para a execução de emendas.

Esses 48,6 bilhões de reais que nós estamos propondo — a proposta que o Governo fez em agosto — dividem-se em dois grandes grupos: 25,7 bilhões de reais no PAC e 22,9 bilhões de reais nas demais despesas. Aqui também há um pouco de investimento, mas a maior parte é custeio.

No caso do PAC, a dotação inicial para o PAC aprovada na Lei Orçamentária é de cerca de 65,6 bilhões de reais. Nós estamos propondo um limite de 40,5 bilhões de reais para pagamento, e um limite de 39,3 bilhões de reais para



empenho. Empenho é aquela despesa inscrita no Orçamento, mas não necessariamente executada no mesmo exercício.

O limite de pagamento para este ano, o que vai ser pago, seja do Orçamento deste ano, seja de restos a pagar — e, no caso do PAC, a maior parte do pagamento é restos a pagar, porque o investimento é uma execução diferida ao longo do tempo — há um volume disponível de 40,5 bilhões para pagamento do PAC. É um volume menor do que o inicialmente projetado, mas, ainda assim, é um volume substancial, porque 40,5 bilhões de reais é um valor considerável. É um valor que permite a continuação de vários programas, permite a conclusão de várias obras em andamento e o início de novos projetos, mas numa velocidade menor do que a inicialmente projetada.

As áreas prioritárias continuam sendo o Programa Minha Casa Minha Vida; as obras que já estão em andamento, em fase adiantada de execução, de saneamento e mobilidade; o combate à crise hídrica, sobretudo no Nordeste; as rodovias e ferrovias estruturantes, como a Ferrovia Norte-Sul e as rodovias estruturantes; as obras nos principais portos do País; a ampliação dos aeroportos prioritários, aeroportos em que o Governo agora obteve autorização do TCU para fazer as obras; e o início do Plano Nacional de Banda Larga, que é um plano de 4 anos.

Nesse aspecto, eu queria falar também que esse contingenciamento é um passo de uma estratégia de reequilíbrio fiscal e recuperação do crescimento de 4 anos. Esse esforço fiscal, ele é necessário. É o primeiro passo para a recuperação do crescimento. O crescimento só é sustentável se houver estabilidade fiscal e estabilidade da inflação. Então, por mais paradoxal e contraditório que pareça, para recuperar o crescimento em base sustentável, é preciso fazer, primeiro, um reequilíbrio fiscal. Isso vai viabilizar o crescimento e possibilitar que ele volte mais rapidamente, já a partir do final deste ano e sobretudo no ano que vem, e volte de forma sustentável.

No lado do gasto social, as principais prioridades são educação, saúde e desenvolvimento social. No caso da educação, o valor reservado continua acima do mínimo constitucional em cerca de 15,1 bilhões de reais. Esse valor preserva os programas prioritários: haverá novas vagas no PRONATEC, vai preservar o



Programa Ciência sem Fronteiras e vai preservar as expansões das universidades, num ritmo compatível com a restrição orçamentária.

E, sobretudo, vai preservar os gastos de custeio das universidades e institutos federais. Aqui todas as senhoras e os senhores sabem que a educação é uma atividade intensiva em custeio. Então, custeio é o gasto que garante o funcionamento das universidades e dos institutos técnicos. Isso está preservado. Não há contingenciamento do gasto com custeio das universidades nem dos institutos federais.

No lado da saúde, o valor continua acima do mínimo em 3 bilhões de reais, garantindo os recursos não só para o SUS, mas também para o Programa Mais Médicos e para o Programa Farmácia Popular.

No desenvolvimento social, o valor preserva o Bolsa Família, cujo desembolso deve crescer para 27,7 bilhões de reais, e mantém os demais programas do Plano Brasil sem Miséria, adequando a sua execução a esse novo limite orçamentário.

Ilustramos isso em termos gráficos. O contingenciamento é uma redução de despesa em relação a uma projeção feita na Lei Orçamentária. Então, há uma redução em relação a uma projeção que foi feita para este ano, na medida em que constatamos que a receita não vai ser a receita que estava inicialmente projetada. Mesmo com esse contingenciamento, em alguns casos ele não significa uma redução em relação ao ano anterior. No caso da educação, por exemplo, nós tivemos o cuidado de fazer com que o valor disponível para a educação seja igual ao valor do ano passado, cerca de 39,3 bilhões de reais; são 39,4 bilhões. Então, no caso da educação, está-se mantendo o mesmo valor nominal do ano passado.

No caso da saúde, há um crescimento. Mesmo contingenciando, o que foi reduzido foi a expectativa do crescimento do gasto com saúde. Mesmo com o novo limite, há um crescimento do gasto com a saúde, do gasto discricionário, de 84,5 bilhões para 91,5 bilhões de reais.

No caso do desenvolvimento social, há praticamente uma estabilidade, ou seja, os gastos vêm crescendo bastante, mas para este ano prevemos um gasto relativamente estável, passando de 31,3 bilhões para 31,6 bilhões de reais.



Nesse sentido, Sr. Presidente, nós estamos tentando preservar os principais programas sociais, mantendo estável o gasto com educação e desenvolvimento social, e mantendo a elevação do gasto com saúde que foi inicialmente projetada pelo Governo. É um gasto menor do que aquele que inicialmente o Congresso aprovou, mas ainda assim é um gasto maior do que aquele feito no ano passado.

Há uma série de tabelas, na sequência, que detalham o corte por Ministério. São vários números. Eu prefiro deixar para responder ou me aprofundar sobre cada número desses na hora das perguntas e respostas.

Para finalizar, eu gostaria de falar sobre as emendas.

Essa programação orçamentária inclui um limite de liberação para emendas individuais de 4,9 bilhões de reais, quase 5 bilhões de reais, sempre mantendo aquele critério que foi aprovado, que foi incluído na Constituição, de que 50% tem que ser direcionado à saúde. Como foi obtido esse valor de 4,978 bilhões de reais? Há dois ajustes. Há um ajuste que é de base de cálculo. Assim como a receita veio abaixo do esperado e tivemos que ajustar nossa despesa, também ajustamos a base de cálculo sobre a qual é calculado o valor disponível para emendas. E sobre esse valor ajustado é aplicado um contingenciamento, na mesma proporção com que o Governo contingenciou suas despesas. Esses dois ajustes vão estar mais bem representados na tabela seguinte.

Na Lei Orçamentária de 2015, o total aprovado corresponde a 1,2% da receita corrente líquida prevista na Lei Orçamentária de 2015. Isso dava 9,6 bilhões de reais. Essa foi a receita projetada na Lei Orçamentária, em agosto de 2014. Sobre isso, foi feita uma revisão. A economia cresceu menos, foi feita uma revisão. A execução das emendas parlamentares deve se dar sobre um valor que corresponde a 1,2% sobre a receita corrente líquida do ano anterior, ou seja, de 2014.

Então, há um primeiro ajuste: para fixar o valor global de emendas impositivas, é utilizada a estimativa de receita de 2015; para definir o valor disponível para a execução de emendas, é utilizado o valor efetivo da receita do ano passado. Isso já causa um ajuste de 9,6 bilhões de reais para 7,699 bilhões de reais, um ajuste de 1,9 bilhões de reais.

Esse limite obrigatório é um limite de 7,699 bilhões de reais. Sobre esse limite, como manda a emenda constitucional que foi aprovada, é aplicado um



contingenciamento na mesma proporção em que o Governo e os demais Poderes estão contingenciando seus gastos, cerca de 35%. Aplica-se, então, um contingenciamento de 35% aos 7,699 bilhões de reais, e chega-se ao valor de 4,978 bilhões de reais. Esse é o valor inicial disponível para a execução de emendas parlamentares individuais, é o valor disponível para a execução de emendas impositivas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Trinta e cinco por cento é a média do contingenciamento de todos os Poderes. Esse é o quadro geral do contingenciamento.

Para concluir, eu gostaria de reforçar que essa é uma das medidas necessárias nesse esforço de reequilíbrio fiscal. Como eu falei, nós estamos procurando elevar gradualmente o resultado primário da União, e isso inclui medidas em várias frentes: medidas de redução do custo financeiro do Governo; redução dos subsídios dos empréstimos do BNDES; redução dos subsídios na energia. Inclui medidas de elevação de receita, corrigindo algumas desonerações e trazendo alguns impostos aos valores que tinham antes da crise de 2008 e 2009. Ele exige medidas de redução da taxa de crescimento do gasto obrigatório — são a Medida Provisória nº 665, aprovada ontem, e a Medida Provisória nº 664, que está em discussão no Senado neste momento, que atua sobre o gasto obrigatório da União. E ele envolve também um esforço de redução de gasto discricionário, essa é a parte do contingenciamento. Ele é um dos componentes do esforço de equilíbrio fiscal, é um dos componentes mais importantes. Ele responde pela maior parte do esforço fiscal, cerca de 70 bilhões de reais. E é uma medida que procura criar as condições para o crescimento sustentável, para estabilizar a dívida líquida, ajudar o Banco Central a trazer a inflação para a meta e viabilizar a recuperação mais rápida do crescimento da economia.

Obrigado. Desculpem-me por ter usado mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Obrigado, Sr. Ministro, pela exposição.

A Presidente Rose de Freitas se ausentou. Vou fazer uma intervenção como Relator-Geral. Depois falará o Relator da LDO, e passaremos às inscrições.



Primeiro, Sr. Ministro, quero dizer que o Orçamento da União, sempre tido como peça de ficção, é uma operação que precisa ser consolidada. Nós entendemos que, quanto mais realista for o Orçamento, quanto mais próxima a execução orçamentária da peça orçamentária, mais o País tende a se beneficiar de um bom planejamento. E o Congresso se fortalece, na medida em que autoriza as despesas que de fato vão ser efetivadas. Nesse sentido nós precisamos avançar, até para discutir os limites de remanejamento, a liberdade orçamentária, o PAC em si, que transformou, vamos dizer, a parte prioritária de execução orçamentária de investimentos numa ação totalmente desassociada do Congresso Nacional. O Governo tem ampla liberdade para transformar uma obra de 1 milhão numa obra de 100 milhões, e uma obra de 100 milhões numa obra de 1 milhão — obras autorizadas pela nossa Comissão de Orçamento e pelo Congresso Nacional.

Esse é um contexto que o Deputado Ricardo Teobaldo, como Relator da LDO, vai avaliar. E eu penso que nós precisamos rediscutir isso. O Congresso está muito ausente da participação nas decisões do que é prioritário para investimento no Brasil. Deve ser mais ouvido nisso.

Temos que entender também que os procedimentos de envio de projetos de crédito e aprovação na Comissão, no Orçamento, para liberação dessas mudanças de dotação — ou acréscimos, ou cortes —, tem um trâmite que eventualmente não dá a velocidade de que o Governo gostaria. Mas minha opinião como Parlamentar é que a distância entre o que é votado aqui e o que é executado dentro do PAC acaba ficando muito ampla. E isso é uma questão que nós devemos reavaliar.

Aqui, na sua exposição, Ministro, eu percebi que se trata de questões da macroeconomia. Nós temos, de fato, uma perda de valor de PIB que nos prejudica nos índices macroeconômicos. A inflação também, fora da meta, acaba causando inchaço das despesas continuadas do Governo, das despesas de custeio. Nós precisamos, então, buscar encontrar as fontes.

Mas também, como disse o Ministro, vai sair um decreto regulamentando os cortes de custeio. E aí esperamos que a máquina do Governo se adapte a essa situação de restrição orçamentária, que decorre da contração da economia, em consequência do menor recolhimento de impostos.



Na reunião que tivemos hoje pela manhã, na Comissão de Finanças e Tributação, com o Secretário-Geral da Receita Federal, Dr. Rachid, nós percebemos que há de fato uma queda na massa salarial de 2015, comparativamente a 2014, corrigida pelo IPCA. Se avaliarmos os valores nominais, a receita vem positiva, mas, se avaliarmos os valores corrigidos, a receita vem negativa. Então, essa arrecadação a menos precisa ser corrigida por meio de algumas ações.

Há uma aposta muito grande na “desdesoneração” da folha, que ocorre em momento de economia contraída, em que os empresários têm dificuldades e o sistema financeiro restringe substancialmente o crédito. Restrição de crédito essa que, com a queda das vendas e da produção, torna bastante difícil a ampliação da cobrança de impostos do setor produtivo.

Vamos ver como o Congresso Nacional reagirá à apreciação desse projeto, que ocorrerá no dia 9, conforme compromisso do Presidente da Câmara dos Deputados.

Quanto às emendas impositivas, pelos valores aqui definidos, e sendo prevista uma redução na arrecadação, houve redução no valor que poderá ser empenhado para os Parlamentares: será de 12 milhões, 960 mil. Já foram liberados 8 milhões e 300 mil, mas 50% deverão ser direcionados para a saúde.

Sr. Ministro, os Prefeitos estão em marcha. Eles reclamam que está ficando difícil administrar. A União, cada vez mais, concentra em si a arrecadação, não naqueles impostos que são repassados para Estados e Municípios. O ajuste fiscal proposto vem novamente na direção do aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas. Prevê-se a arrecadação de 4 bilhões, recursos que não são repartidos com Estados e Municípios.

Então, a CSLL é mais uma forma que temos de tentar solucionar essa questão do déficit fiscal do Governo Federal, mas precisamos entender que isso reflete também nos Estados e Municípios. É preciso observar isso com bastante clareza, para que não se crie uma situação em que os entes da Federação fiquem muito mais sacrificados do que eram. Relativamente a quando fizemos a Constituição Federal de 88, praticamente se inverteu a proporção, em números percentuais, dos valores totais arrecadados para Estados e Municípios e dos valores destinados à União.



Sr. Ministro, nós vamos aguardar o desenrolar das votações no Congresso Nacional. Temos que aprovar o ajuste fiscal. Temos que dar um sinal para o mercado, a fim de que possa manter o grau de investimento. Há expectativa de aumento dos juros nos Estados Unidos da América, o que pode causar um certo desarranjo nas economias emergentes. Tudo isso são fatores de risco que estão sendo previstos, e nós, no Congresso Nacional, temos a responsabilidade de dar sinais ao mercado de que de fato vamos conter as despesas e melhorar a arrecadação, naquilo que for possível.

O freio na arrumação da economia prejudica muito essa meta de arrecadação. De fato, há uma desaceleração muito grande. O Governo, por meio de uma política anticíclica, através dos seus investimentos, vinha tentando manter o aquecimento da economia, a geração de empregos e a própria arrecadação. Com esse freio que está sendo dado na arrumação, haverá dificuldades também nesse sentido.

Eram essas as minhas observações.

Devolvo a Presidência à Senadora Rose de Freitas. Antes, porém, passo a palavra ao Relator da LDO, Deputado Ricardo Teobaldo.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Sra. Presidente da Comissão, Senadora Rose de Freitas; Sr. Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa; Deputado Ricardo Barros, Relator do Orçamento; Sra. Secretária de Orçamento Federal, Esther Dweck; demais presentes: reconheço a relevância da LDO como um instrumento de disciplina fiscal que democratiza a definição do gasto público. É grande a preocupação do Legislativo e da sociedade com as atuais dificuldades financeiras do País. Destaco, no entanto, que o Brasil já foi vitorioso em outros momentos difíceis e que não será diferente desta vez.

Quero cumprimentar o esforço empreendido pela equipe econômica de tentar achar alternativas e soluções para a presente crise fiscal, que está encontrando resposta neste Congresso nas medidas de ajuste que já se encontram em tramitação.

Acerca do contexto e de pontos específicos do PLDO 2016, Ministro, eu gostaria de levantar algumas questões.



Muitas dúvidas foram levantadas sobre se o contingenciamento anunciado na semana passada será suficiente para o alcance da meta de superávit primário de 2015. Especialmente grave é a situação da arrecadação, fragilizada pela queda da atividade econômica. As metas propostas na LDO 2016 são ainda mais ousadas do que as de 2015.

Então, eu pergunto: considerando-se a contração da economia em 2015 e o baixo crescimento previsto para 2016, a meta de superávit primário de 126,7 bilhões para 2016 poderá ser atingida sem a elevação de tributos ou a redução de despesas, Ministro?

A baixa execução das emendas de bancada estadual torna sem efeito qualquer participação dos Parlamentares na definição dos projetos estruturantes e prioritários de cada Estado e coloca o Legislativo e o Executivo em uma situação assimétrica.

O Legislativo tem referendado na LDO e na LOA, até o momento, todos os projetos prioritários definidos pelo Executivo intitulados como PAC. De outro lado, os vetos sistemáticos do Executivo ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO frustram todas as iniciativas das bancadas e a oportunidade do Legislativo de participar na definição de projetos estruturantes.

Quais alternativas ou medidas podem valorizar a participação do Legislativo na definição dos projetos estruturantes, hoje praticamente centralizada no Executivo?

O orçamento impositivo das emendas individuais encontra-se vigente desde o ano passado. Entretanto, conforme o Relatório Resumido da Execução Orçamentária de janeiro a dezembro de 2014, do montante empenhado de R\$ 6,2 bilhões foi efetivamente pago apenas 2,3%, ou seja, apenas R\$ 146 milhões, quase nada.

Com vistas à regulamentação do orçamento impositivo, o Congresso inseriu na LDO 2015 disposições que garantem uma interpretação harmonizadora e que não frustram a finalidade da execução obrigatória inserida na Constituição. No PLDO 2016, esses dispositivos não foram incluídos.

A pergunta, Ministro, é: o que justifica a quase não execução financeira — praticamente nada — das emendas impositivas? E quais medidas o Ministério do



Planejamento pretende adotar para aumentar a eficiência da execução das emendas individuais? As emendas praticamente não foram pagas.

Ministro, quero externar aqui uma preocupação. Eu fui Prefeito, antes de chegar à Câmara Federal. Na cidade que governei do meu Estado e acho que em todo o País há pequenas grandes obras espalhadas, obras que estão paradas há 2 anos ou que foram descontinuadas por falta de recursos — há emendas de 2012, de 2013, de 2014. As obras estão paradas, aguardando conclusão ou ao menos reinício, por falta de recursos. A Caixa diz que não tem recursos, que é preciso contactarmos o Ministério. O Ministério não envia os recursos. Os recursos não chegam, e as obras não andam. Isso acontece em todos os Municípios deste País, dos menores aos maiores. Temos uma preocupação muito grande com o reinício dessas obras. De que forma isso pode acontecer? Poderia ser feita uma programação. Prefeitos de todo o País estão aqui: 3 mil prefeitos em Brasília. A preocupação é muito grande.

Sr. Ministro, eu queria que V.Exa. esclarecesse esses fatos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de sugerir ao Ministro que respondesse aos componentes da Mesa. Em seguida vamos abrir o debate com o auditório.

Já estão inscritos o Deputado Izalci, o Deputado Edmilson Rodrigues, o Deputado Edmar Arruda, o Deputado Júlio Cesar, o Deputado Julio Lopes, o Deputado Lelo Coimbra, o Deputado Evair de Melo, o Senador Hélio José, o Deputado Domingos Sávio e o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, só uma questão de ordem. Nós não recebemos na pasta esse material que foi apresentado sobre o contingenciamento. Eu gostaria de ter acesso a esse documento. Na minha pasta ele não veio.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está sendo providenciado, Deputado.

Com a palavra o Ministro.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Em primeiro lugar, respondo ao Deputado Ricardo Barros.



Concordo integralmente com V.Exa. que quanto, mais próxima da realidade for a LOA, melhor será a execução orçamentária. Eu queria até aproveitar a colocação que V.Exa. fez para destacar um ponto que é recorrente nos debates entre economistas. Normalmente se diz que o ideal é que haja um limite para o gasto do Governo, que se deveria estabelecer um teto para o gasto do Governo. O Orçamento estabelece limite para o gasto do Governo. Nenhum gasto pode ser feito se não estiver previsto no Orçamento ou na margem de manobra que o Orçamento dá. Então, na verdade, o maior desafio do ponto de vista fiscal é ter uma previsão de receita, uma previsão de arrecadação cada vez mais próxima da realidade. E o limite do gasto vai ser aquele dado pelo Poder Legislativo, que é quem tem a última palavra.

Como V.Exas. e os demais têm acompanhado, nós estamos procurando adotar previsões que não são otimistas nem pessimistas, mas que são previsões consistentes, que seguem as melhores práticas de modelagem econômica, que seguem a avaliação de cenários macroeconômicos feitos pelo Governo e pelo mercado. É essa consistência das previsões que vai — a gente espera — dar cada vez mais consistência e previsibilidade ao Orçamento, facilitando a execução das despesas.

Concordo com V.Exa. que cortar gastos com a máquina é fundamental, e nós já temos feito um esforço bem grande em itens pontuais, basta lembrar a questão de diárias e passagens. A partir de uma iniciativa da Ministra Miriam Belchior, no ano passado, nós adotamos um sistema de compras para que o Governo não precisasse usar sempre agências de viagens. Isso já está proporcionando uma economia de cerca de 30% nesses gastos e está sendo estendido para todas as administrações públicas. Nós também estamos fazendo um esforço para melhorar o sistema de compras do Governo, com a centralização das compras. Essas ações, apesar de individualmente não representarem um grande volume de recursos, combinadas vão diminuir o gasto com o custeio.

Quanto ao esforço de arrecadação, algum esforço foi feito recentemente na CSLL, porque é necessária uma elevação mais rápida na receita e as variações nas contribuições têm efeito no mesmo exercício, depois de uma noventena. Acho que foi por isto o Governo apostou mais na CSLL do que no imposto, porque o imposto



segue o princípio da anualidade. Mas há também iniciativas, por exemplo, como a exoneração da folha. A nossa proposta inicial era que isso fosse feito via MP, para ter impacto já neste ano. Agora, temos um projeto de lei. Nós estamos, junto com o Ministro Levy, buscando um acordo para que isso já tenha impacto neste ano, mas o maior impacto será no ano que vem. A medida vai ajudar no reequilíbrio fiscal no ano que vem.

E houve também revisão de desoneração de tributos que são partilhados. Lembro o caso do IPI. Quase 50% do IPI é partilhado com Estados e Municípios. Aquelas desonerações de linha branca e de automóveis já foram revertidas, já foram gradualmente corrigidas, no final do ano passado.

Nós estamos, como o senhor colocou, num momento de reequilíbrio fiscal. Não é mais possível o Governo adotar os estímulos fiscais, creditícios e financeiros que adotou até o ano passado. A crise de 2008 levou o Governo a adotar uma série de medidas que foram corretas naquele momento, que permitiram uma rápida recuperação da economia, mas que, diante da piora do cenário macroeconômico, tanto interno quanto externo, revelaram-se não mais possíveis. Então, a política fiscal anticíclica cumpriu o seu papel e atingiu o seu limite. Agora nós estamos procurando traçar uma estratégia de reequilíbrio, para construir bases sustentáveis para uma nova política, e estamos fazendo isso de modo gradual.

Deputado Ricardo Teobaldo, concordo com V.Exa. Apesar das dificuldades que enfrentamos neste momento, já conseguimos superar dificuldades muito maiores do que esta. Desde a volta da democracia, o Brasil conseguiu controlar a inflação, enfrentar crises externas, melhorar a distribuição de renda, reduzir o desemprego. A economia flutua, há choques que vêm do resto do mundo, há choques que vêm do próprio contexto interno, mas o Brasil tem capacidade e maturidade institucional e democrática para enfrentá-los. E hoje nós temos uma vantagem, assim como nós tínhamos em 2008 e 2009: nós não temos uma vulnerabilidade externa tão grande quanto tínhamos no passado. O Brasil tem um alto estoque de reservas internacionais, então, hoje, quando o câmbio flutua, ele tem um impacto na inflação, mas ele não causa uma crise financeira no Brasil, como causava nos anos 80 e nos anos 90. Hoje temos mais espaço de manobra para



enfrentar a crise, mas não temos um espaço de manobra infinito, daí a necessidade de fazermos um esforço fiscal.

Quanto à sua pergunta sobre a baixa execução de emendas, às vezes isso decorre da própria natureza da emenda, mas, como as emendas são impositivas, elas serão executadas. Às vezes isso se deve à própria natureza da emenda. O projeto pode ainda não estar efetivamente pronto, pode estar dependendo de alguma licença, ou pode haver algum impedimento técnico na emenda. Essas emendas viram Restos a Pagar, e isso não retira o caráter impositivo das emendas. Então, essas emendas vão ser executadas. Posso avaliar depois o porquê disso para V.Exa., com maiores detalhes, e explicar esse ritmo de execução. Mas o fato de essas emendas terem sido empenhadas e não pagas — esse valor de 6,2 para 2,6 — não significa que elas tenham deixado de ser impositivas, significa apenas que a execução dessas emendas, que tratam de investimento, pode ter enfrentado algumas barreiras.

Quanto às medidas necessárias para se aumentar a execução das emendas individuais, eu acho que a adoção do orçamento impositivo, desde o ano passado, agora já incluído na Constituição, está gerando um novo procedimento. Nós temos uma sequência de ações para que os Parlamentares apontem as emendas prioritárias: em que devem ser alocadas, se há algum impedimento técnico naquela obra, prazo para que isso possa ser remanejado... Esse é um processo que começou mais formalmente no ano passado, mas ele ainda está no início e nós podemos melhorá-lo muito. Estamos abertos a sugestões para melhorar a execução das emendas. Até para informação de todos os Parlamentares presentes, estamos trabalhando agora em conjunto com o Vice-Presidente Michel Temer, que assumiu a área política, e com seu assessor Rodrigo Rocha Loures, para tentar agilizar essa execução, pelo menos o fluxo de informação: se não foi executado, por que não foi executado.

Sobre emendas relativas a obras que estão paradas, o Governo tem uma limitação financeira neste momento. Como sempre, nenhum compromisso do Governo vai deixar de ser pago. Nós vamos saldar todos os compromissos. Estamos reduzindo os prazos de pagamento — já foram maiores no passado — e vamos adequar, neste momento de restrição fiscal, o ritmo de execução do investimento à



disponibilidade financeira. Na medida em que a situação econômica melhore, vai ser possível acelerar esse ritmo. Mas hoje a própria responsabilidade fiscal, o que manda a LRF torna necessário que adequemos esse ritmo de execução de obras ao valor que nós temos disponível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Obrigado, Sr. Ministro.

Passo a palavra ao Relator do PPA, Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Quero saudar todos os colegas, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, e parabenizar o Ministro pelo detalhamento, pela precisão e pela clareza das informações que traz a todos nós sobre a LDO e sobre a LOA, a nossa Lei Orçamentária Anual. E também quero parabenizar o Ministro por ter se antecipado, por ter se colocado à disposição para vir aqui e já falar dos dois temas no mesmo momento. Tenho certeza de que isso torna mais produtivo o trabalho da nossa Comissão, as nossas ações aqui.

Sr. Ministro, quero colocar a Comissão à sua disposição, à disposição do Ministério do Planejamento, do Governo Federal, dos demais Ministérios que estão integrados na elaboração do PPA, para desde já acompanhar de maneira conjunta a elaboração que está sendo feita, todo o planejamento que vai estar contido no PPA, para que, quando a lei chegar aqui, no segundo semestre, tenhamos capacidade de conduzir a matéria da maneira mais harmoniosa possível, pensando no êxito das ações federais nesse planejamento para os próximos 4 anos e também na participação, que já está se dando, da sociedade organizada, de movimentos, de entidades, de sindicatos, de associações. Precisamos pensar nessa participação, que já está se dando nos próprios Ministérios, que acabam sendo coordenados pelo Planejamento. Esperamos que essa participação se dê também da maneira mais exitosa aqui, por parte dos Parlamentares, dos Deputados e Senadores, que vão, é claro, trazer a sua perspectiva, a sua impressão do que ocorre hoje no País, em cada um dos Estados, em cada uma das regiões, e fazer tudo isso se integrar ao planejamento do Governo Federal, às ações do País para os próximos 4 anos.

Desejo sucesso ao Deputado Ricardo Barros, nosso Relator da LOA, e desejo sucesso ao Deputado Ricardo Teobaldo, que vai ser Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Espero que, juntos, consigamos fazer um trabalho integrado, que



não só ajude o País, mas também fortaleça o papel do Congresso Nacional, o papel desta Comissão.

Eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Não há perguntas.

Tem a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente que acaba de reassumir a condução dos trabalhos, Sr. Ministro, eu não pude acompanhar toda a exposição feita, mas trago aqui algumas indagações.

Antes de entrar propriamente no tema, eu queria fazer um apelo a V.Exa., Ministro. Ontem, com a vinda aqui do Presidente do Banco Central, indaguei a ele sobre a questão dos concursados do Banco Central, tendo em vista que o Banco praticamente deixou de fiscalizar, ou terceirizou a fiscalização para os fiscalizados, como é o caso do câmbio, etc. Ele disse que já fez a solicitação ao Ministério do Planejamento, tendo em vista que existe uma defasagem de 43% no quadro de pessoal do Banco Central. Eu gostaria de saber se há previsão, se V.Exa. tem alguma programação para chamar os concursados do Banco Central que foram solicitados. Foram autorizadas 515 vagas, mas, na prática, com toda a burocracia durante a tramitação, 601 cargos ficaram vagos, além do autorizado. Eu gostaria de saber se há alguma programação sobre o Banco Central.

Da mesma forma, quero aproveitar para saber dos concursados da ANVISA, que são poucos. A ANVISA também passa por dificuldades de recursos humanos, de pessoal.

Eu gostaria de pedir a V.Exa. que se manifestasse sobre a possibilidade de chamar os concursados desses dois órgãos públicos.

Aproveitando este tema, quero dizer que eu tenho amanhã uma reunião com o Ministro da Defesa. Há 4 anos vimos conversando e há 8 anos eles estão fazendo um estudo, que não concluíram ainda, ou melhor, que concluíram parcialmente e já enviaram para o MPOG, mas o MPOG nunca mais se manifestou sobre a questão. Refiro-me às Forças Armadas, que realmente passam por um momento difícil. Eu gostaria de saber se V.Exa. tem conhecimento sobre o que está se passando principalmente com os recursos humanos das Forças Armadas. Hoje, um oficial do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica está ganhando menos do que um soldado



da Polícia Militar, que é uma força auxiliar. Pergunto a V.Exa. se há algum estudo sobre isso.

Entrando agora no tema desta audiência, Sr. Ministro, eu queria fazer algumas pergunta a V.Exa., Ministro.

Nas gestões passadas, falou-se muito aqui sobre o sistema de informação, acompanhamento e fiscalização. Nós temos dificuldade de acompanhar isso. Temos acesso praticamente irrestrito somente ao SIAF. Aos demais, como o SIEST e o SIGPLAN, temos sim acesso, mas limitado. Na última vez, em audiência pública, a Ministra Miriam praticamente disse que tudo ia continuar do mesmo jeito, da mesma forma. Eu pergunto a V.Exa. como efetivamente o Congresso Nacional terá amplo e irrestrito acesso a esses sistemas, principalmente ao SIEST. Teremos o mesmo nível de amplitude que temos no acesso ao SIAFI? Faço esta pergunta porque esse sistema cuida inclusive do PAC, e precisamos acompanhar isso um pouco melhor.

Também temos uma grande preocupação com os cortes, todos eles, é evidente. Mas, em especial, os organismos internacionais sofreram cortes de 76%. Nós já sabemos que os organismos internacionais estão passando por dificuldades hoje, que algumas embaixadas estão sem recursos até para pagar aluguel. Quais serão as consequências para o Brasil de ficar inadimplente perante organismos internacionais tão importantes, em uma economia globalizada? Eu também queria saber de V.Exa. sobre essa situação com os organismos internacionais.

Sobre a vedação de reajustes, a proposta da LDO de 2016 suprimiu a concessão de reajustes da inflação medida pelo IPCA. A sociedade brasileira está voltando a sentir o gosto amargo da inflação. A inflação medida pelo IPCA está muito acima do teto, da meta. O Governo Federal continua com a intenção de ignorar a manutenção do poder aquisitivo, no caso, por exemplo, dos benefícios auxílio-alimentação e auxílio-refeição, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica? Qual é a posição do Governo com relação a esses reajustes?

Para finalizar, Sra. Presidente, os dez órgãos que sofreram os maiores cortes tiveram sua programação contingenciada em mais de 40%. Os Ministérios do Turismo e da Pesca tiveram bloqueio superior a 80% em seus programas. No caso das Secretarias da Igualdade Racial, de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres e de Aviação Civil, o bloqueio ficou em torno de 56%, 56,5%, 43,5%.



Parece-nos, Ministro, que o povo brasileiro deverá arcar com os salários e a manutenção desses órgãos durante o ano inteiro para que eles não façam praticamente nada, já que tiveram seus programas cortados. Não sei se não seria melhor cortar de vez as próprias Secretarias, extinguir esses órgãos. Evidentemente, haveria uma economia maior, sem contar o simbolismo de que o Governo estaria cortando na própria carne.

São essas as minhas colocações. Se V.Exa. puder antecipar alguma coisa sobre os concursados... Essa é uma demanda de muitas pessoas que estão aqui nos assistindo e que nos pediram para fazer esta intervenção. Ontem o Ministro não pôde dar uma resposta concreta, porque disse que depende de V.Exa., digo, do Ministério do Planejamento, então seria importante que V.Exa. explicasse um pouco melhor essa questão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará, pedindo a todos que observem o tempo, porque os Presidentes ficam cobrando que nós estejamos no plenário, então vamos aproveitar o tempo da melhor maneira.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Agradeço a presença do Ministro, sua paciência.

Eu às vezes gosto de destoar, porque isso é necessário. Uma opinião pessoal, Ministro, é que as medidas que eu chamo de “arrocho”, as medidas de ajuste fiscal, foram anunciadas no final do ano passado talvez de forma muito apressada. É como se “uma montanha parisse um rato”, para usar uma expressão metafórica. Realmente, falar de 14,5 bilhões de economia à custa do sacrifício dos mais pobres parece-me um suicídio para o Governo. Digo isto porque tenho um carinho pela figura da Presidente, mesmo fazendo oposição ao Governo dela, sendo militante do PSOL. Essas medidas deram margem para o crescimento desse movimento, que talvez tenha arrefecido, de *impeachment*, que surgiu muito como um ato simbólico por causa da traição de promessas e tem sido muito usado pela Oposição neoliberal aqui na Casa — eu sou de Oposição, mas sou socialista.



Quando encontrei o Senador Romero Jucá, Ministro, no dia da aprovação da LOA 2015, eu e o Deputado Ivan Valente, meu companheiro, dissemos: *“Poxa, mas 47% do Orçamento comprometido com o pagamento de juros e amortização da dívida?”* Ele, então, como Relator, disse: *“Olhe, mas isso aí nós não conseguimos mudar. Nós não temos acesso ao sistema”*.

Aí, Presidente Senadora Rose de Freitas — já tenho tão pouco tempo, mas quero dizer isto —, digo a V.Exa., que Presidente da Comissão e é uma mulher: nós temos que impor o respeito. Não é possível que nós só tenhamos o direito, agora em 2015, de decidir apenas sobre 53% do Orçamento. Sobre quanto teremos o direito de decidir no próximo ano? Porque, se de repente houver a decisão de se aumentar o pagamento de juros e amortizações — aumento do superávit primário e esses outros compromissos que o Governo estabeleceu e acha que não pode reverter —, este Poder fica desmoralizado.

Na verdade, não se trata só de uma ficção, como disse o Deputado Ricardo Barros. Em certa medida, é meio farsesco que nós aprovemos o Orçamento quando, a rigor, metade dele já vem para cá determinada. Essa é uma ferida que eu acho que nós temos que tocar.

Para concluir, Sr. Presidente, se me permite, não é possível que não se veja saída. A saída foi punir viúvas, pobres, desempregados, pescadores. Só que o impacto da medida acaba sendo muito para os pobres, e nada para um País com o PIB que nós temos e com esta dívida que nos avassala. Fernando Henrique deixou 67. O Lula deixou para Dilma... Entrou com 67 e deixou 670 bilhões de dívida pública. O Lula já deixou para Dilma 1 bilhão e 300 milhões. Nós temos mais de 2 trilhões! Onde vai parar isso? E todos os anos, grande parte do Orçamento é para essa ciranda financeira. Isso é insuportável. O Equador, que é um país muito pequeno, reduziu, inclusive com a ajuda de técnicos brasileiros, em 70% a sua dívida. Nós não temos coragem de enfrentar o grande capital financeiro?

Eu lhe fiz a proposta daquela contribuição de operações financeiras, dos bancos. A arrecadação no ano passado foi de 10 bilhões. É possível então, de 15 para 30, aumentá-la para 20 bilhões. Houve um aumentozinho agora, para 20%, não é? Isso vai dar um 3,3 bilhões, mais ou menos, de acréscimo. É muito pouco. Oitenta bilhões de juros dos bancos é uma festa que não se faz em nenhum outro



país. Por que, então... Estou falando hoje mais tranquilo, sem paixão. Por que o Governo não ataca as grandes fortunas? Há estudos de um Amir Khair, de grandes cientistas da UNICAMP, artigos recentes da USP e da UFRJ, de grandes economistas. O corpo técnico do Governo sabe disso. Se taxarmos as grandes fortunas — não falo de Deputado que se acha rico porque tem 10 milhões declarados, ou 5 milhões. Sim, já é rico, mas fortunas de acima de 50 milhões, como já mostram algumas projeções, renderiam pelo menos 50 bilhões para nós. E continuamos optando pelo caminho de punir o pobre por ele ser pobre, de torná-lo mais...

Eu concluo. Com esse aumento, previsto em mais 25%, parece-me, para a taxa SELIC, em quase 14% já, nós vamos ter um problema ainda maior a enfrentar, porque já se comprometeram 66 bilhões dos nossos recursos só com os 2% de aumento. Se considerarmos 1 trilhão na forma de operações comprometidas do BC, aí é outro escândalo. Paga-se deságio de até 70% dos títulos da dívida pública! Nós todos somos responsáveis por isto! É uma ciranda financeira! A China é referência para um bando de gente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu lhe peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É referência, mas a gente não faz o que a China faz. Não tem É uma ciranda financeira. A China é referência para um bando de gente. Não há nenhum controle sobre a saída de lucros, sobre a especulação financeira, não há nenhuma vontade de taxar. Eu falo isso, porque é muito triste ver um corte no Ministério das Cidades, de 14,5% — afeta obras, por exemplo, do Minha Casa, Minha Vida; são bilhões —, que é 54% do orçamento da Pasta. É claro que a recessão vai ser grande, é claro que empreiteira vai fechar, é claro que um bando de operário vai ser demitido, é claro que a crise social vai se aprofundar.

Aí vamos fazer o quê, daqui a pouco? Uma nova medida provisória para acabar de vez com a pensão da viúva, dizendo que é viuvinha alegre, quando sabemos que é exceção o idoso rico que casa com pobre? Isso existe, como existe o inverso, mas sabemos que é brincadeira usar esse tipo de argumento para tentar resolver o problema da crise.



Então, eu me associo aqui ao Deputado Izalci. Como eu falei ontem, são apenas 59 funcionários do Banco Central para administrar política monetária na Região Amazônica. Eu faria um apelo a V.Exa., porque ontem, apesar da autonomia do Banco Central, o Presidente disse que dependia do Planejamento. Então, que o Governo faça o esforço, realmente, de respeitar o resultado do concurso, porque eu acredito que, sem quadro técnico qualificado, também não se vai resolver o problema financeiro do País.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Com a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Deputado Ricardo Barros, Deputado Zeca Dirceu, Ministro, mais uma vez estamos aqui na batuta. Eu entendi perfeitamente a lógica do corte, ou do contingenciamento, das despesas deste ano de 2015; até pela minha formação sou obrigado a entender isso. A minha preocupação, na verdade, vai numa outra direção.

V.Exa., Ministro, coloca que nós vamos gastar com a saúde, neste ano, exatamente o que gastamos no ano passado — é verdade, os números estão aqui —, no entanto a saúde já está um caos. Na verdade, aumentou a demanda para este ano, está aumentando a população mais velha, está aumentando a demanda por novos medicamentos, por vacinas, e nós temos visto os hospitais com gente nos corredores, em macas, nas filas, espera de 2 anos para fazer uma cirurgia. Ministro, não é a sua área, mas é o Planejamento que define o valor.

Para V.Exa. me entender, eu não estou dizendo que está errado o contingenciamento, ou o nosso orçamento. Estou querendo saber o que nós vamos fazer com o País, do jeito que nós estamos, pela ineficiência de gestão do Estado, porque, na verdade, adequamos o orçamento para pagar uma conta que poderia ser menor se o Estado fosse eficiente.

O senhor veja bem a situação do FIES. É uma coisa degradante. Degradante! *“Não, mas nós vamos cumprir os contratos passados e vamos garantir 250 mil novas vagas, novos contratos.”* Do ponto de vista orçamentário, está correto. Agora, eu pergunto: para onde vão esses 9 milhões de alunos que estão fazendo o ENEM? Para onde eles vão, se hoje nós não temos vagas nas universidades públicas, se as



universidades estaduais estão quebradas, paradas? O que nós vamos fazer com esses alunos? Como nós vamos desenvolver o País, se não temos investimento no financiamento do FIES, que remunera a taxa que nós pagamos do Fundo de Garantia do trabalhador? Está errado! Se há uma coisa que não poderia faltar, é recurso para financiar o ensino superior desses jovens que estão fazendo o ENEM. E, pelo que eu estou vendo aqui, vai ser uma loteria o cara conseguir uma dessas 250 mil vagas nas universidades se 9 milhões de jovens estão fazendo esse concurso, o ENEM.

A contribuição sobre o lucro. O Deputado aqui do PSOL que me desculpe, mas ou eles dizem, convictos, que estão falando uma coisa que não é verdade ou eles dizem que realmente acreditam nisso, porque aumentar imposto de banco é aumentar o imposto das pessoas físicas, é aumentar o imposto para os trabalhadores, para os empresários, para aquele que gera economia. O senhor já viu banco não repassar custo para o seu correntista? Isso não existe. Quanto os senhores querem apostar que os bancos, neste ano de 2015, vão aumentar os lucros em relação a 2014? Ou seja, pode passar para 30%, que eles vão repassar para nós. Ou limitamos o ganho dos bancos, o que não sei como fazer, ou então esqueçam. Nós vemos uma agiotagem instalada no País, que são os bancos. Eles vão tirar isso de alguém, e é de nós que vão tirar, dos trabalhadores.

A questão do Minha Casa, Minha Vida. Ministro, só na semana passada, foram demitidos 1.200 trabalhadores da construção civil, em Brasília; nós últimos 30 dias, 5 mil trabalhadores; no último mês, no Brasil todo, mais de 50 mil trabalhadores.

Ontem, estiveram na CBIC — Câmara Brasileira da Indústria da Construção mais de cem empresários que têm medições atrasadas para receber do Minha Casa, Minha Vida de obras que foram contratadas com a tabela de agosto de 2012, com inflação alta e preço defasado. Vai quebrar meio mundo, inclusive a minha empresa, também. Então, não é possível isso. O Governo não pode fazer dessa forma.

Essa história de dizer ao *Jornal Nacional* que está dentro da normalidade... Desde quando pagar atrasado é normal? Nós somos penalizados quando pagamos atrasado os impostos, quando pagamos atrasado os fornecedores. Hoje, se o



senhor não paga no dia aos trabalhadores, no outro dia há piquete na obra. Dia desses queriam botar fogo na minha obra, por falta de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Peço que conclua, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Vou concluir. Só tenho mais três itens.

Então, eu queria de saber, Ministro, realmente, quando o Governo vai ter vergonha na cara e vai pagar as medições do Minha Casa, Minha Vida?

Concursos. Esqueçam os concursos. Está lá apresentado, não vai haver. Falta auditor fiscal, falta gente para a Receita Federal, falta gente para a ANVISA, há agência do INSS, criada com emenda dos Parlamentares, fechada, porque não tem gente, não tem médico e não tem orçamento para contratar. Então, esse negócio de pedir para contratar aqui é uma fria. Pode parar. Não adianta nada.

E, para terminar, eu tenho dó do senhor.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - O Ministro vai responder aos três Parlamentares que fizeram as intervenções.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, eu não vou polemizar, mas, apenas como fui citado, devo dizer que nós estamos discutindo aqui como instituições do Estado. Nós fazemos as normas, e o Governo tem o poder de normatizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Deputado Edmilson...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Só para concluir, Presidente. E, em países que são citados como exemplos de democracia, controla-se o mercado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Deputado Edmilson, por favor, eu não posso permitir o debate. Desculpe-me, eu não posso.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas não é debate; é porque eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Eu sei, Deputado Edmilson, mas me desculpe, não posso permitir o debate.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu falo com convicção programática e ideológica. Não vim aqui para brincar. Eu não estou aqui para defender bancos. Se há uma crise e nós estamos discutindo solução para ela, por que só o pobre paga?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Deputado, eu não posso permitir...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Banqueiro, empreiteiro têm que pagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Desculpe-me. Por favor!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É para evitar que empreiteiros entrem em falência. Eu não quero a sua falência, mas precisa ser sincero.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Primeiro, não citei V.Exa., eu citei o PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Tem a palavra o Sr. Ministro Nelson Barbosa, para responder aos três Parlamentares.

Em seguida, faremos o bloco dos próximos três Parlamentares, Júlio Cesar, Julio Lopes e Lelo Coimbra.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Bom, vou me guiar pela ordem. Houve algumas perguntas repetidas. Quanto à questão do concurso, uma vez definido o valor do contingenciamento, nós vamos agora começar a autorizar alguns concursos ou o chamamento de concursados. Já fizemos isso para algumas entidades, e os concursados do Banco Central estão nessa lista, porque o concurso já foi feito — não necessariamente todo o montante, como tinha sido inicialmente colocado. Essa decisão deve sair até o final de junho, não só quanto aos concursados do Banco Central, mas de outras carreiras que já tiveram concurso e no qual pessoas foram aprovadas.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Isso está contemplado no Orçamento, Ministro?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Uma parte disso. Há uma verba para chamar pessoas que já fizeram concurso.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Para o da ANVISA, inclusive, há orçamento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Haverá tempo para réplica, Deputado Edmar.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Não necessariamente o valor, porque há aí a questão do valor excedente, que é discricionário para o Governo poder chamar acima do que foi colocado, ou não. Mas o valor para este ano prevê a chamada de pessoas que já prestaram concurso e até agora não foram chamadas. O Banco Central está nesse caso, e isso vai ser anunciado nas próximas semanas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A ANVISA também?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - ANVISA também.

No que diz respeito à questão do acesso, Deputado Izalci, nós temos que ver. O SIAFI tem uma parte que é acesso à informação pública. O SIEST — Sistema de Informações das Empresas Estatais e o SIGPLAN — Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento são um sistema não só de disponibilização de informação, mas também de decisão. Isso já chegou para nós, esse pedido para tentar fazer algo similar ao que já acontece com o SIAFI. Nós estamos à disposição para desenvolver isso. Como está hoje, o sistema permite que a pessoa não só acesse a informação, mas também mexa, construa a informação. É um trabalho que nós estamos fazendo para tentar separar e poder dar acesso a isso.

No caso das estatais, é um pouco mais complicado. Em algumas estatais, só se pode ter acesso a algumas informações depois que elas são públicas, como nas estatais que têm ação cotada em Bolsa de Valores. Uma vez elas podendo ser públicas, nós vamos trabalhar nisso.

Quanto à questão dos organismos internacionais, nós estamos procurando pagar o que já é devido há bastante tempo. Já houve pagamento para alguns organismos ao longo deste ano. Estamos criando um comitê, junto com os Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda e a Casa Civil, para até centralizar e administrar melhor a participação do Brasil em todos esses organismos internacionais. Há vários desembolsos. Às vezes, são áreas diferentes do Governo que aderem a alguns organismos. Até há pouco tempo, não havia um mapa muito bem centralizado de todos esses compromissos. Então, isso está sendo feito, esperamos normalizar isso. Concordo com o senhor que, para a imagem do Brasil,



não é muito bom ficar atrasando o pagamento. Então, nós estamos pagando o que está mais atrasado.

No que se refere à questão do reajuste, nossa política não é fazer reajustes para o funcionalismo indexados à inflação. Nós estamos trabalhando para reduzir a indexação da economia brasileira. O último acordo que nós fizemos com o funcionalismo foi aquele que previa o aumento de 5%, mais 5% e depois mais 5%, que, naquela época, era acima do centro da meta de inflação. Depois, a inflação acabou ficando mais alta. Estamos, neste momento, num processo de negociação com o funcionalismo, que começou em maio. Esperamos, até o final de junho, apresentar nossa proposta e negociar, para, até o final de julho, tentar fechar acordo com o funcionalismo e incluir isso na Lei Orçamentária. Mas, nesse processo, nós procuramos evitar uma indexação à inflação passada, porque isso já gerou muitos problemas no Brasil, no passado. Foi uma das razões de haver uma inflação muito alta nos anos 80 e 90.

A questão dos cortes. Como eu falei, é um corte na projeção orçamentária, mas alguns órgãos, mesmo depois desse corte, têm uma verba maior. Sem entrar no mérito sobre se é adequado ou não, no caso da Pesca, ano passado foram pagos 153 milhões de reais — não é o empenho. O limite dado neste ano é de 162 milhões. Então, há um aumento em relação ao limite que foi pago no ano passado. É uma redução em relação ao que está no Orçamento. No caso da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ano passado foram pagos 22 milhões. Este ano, há um limite de 30 milhões, principalmente para criar o serviço de Disque Denúncia, de acompanhamento de violações ou de atentados à igualdade racial.

Deputado Edmilson, já fizemos esse debate e ainda vamos discutir bastante. Primeiro, eu discordo, com todo o respeito, da opinião de V.Exa. Eu acho que o que propusemos nas MPs 665 e 664 são ajustes necessários para manter a viabilidade dos programas. O Programa do Seguro-Desemprego e o Programa do Abono Salarial estavam crescendo à taxa de 2 dígitos, de 22%, 18%. Um programa que cresce a 22%, 18%, quando a receita do Governo cresce a 8%, tende a se tornar insustentável. Então, as mudanças que nós propusemos são para preservar, também, para garantir a sustentabilidade desses programas.



Quanto à questão da parte financeira, a taxa de juros é fixada. O Banco Central fixa a taxa de curto prazo, e o mercado fixa a taxa de longo prazo. O trabalho do Governo nesse caso é construir condições para que essa taxa de juros caia. Parte dessa construção é restabelecer a capacidade do Governo de produzir um resultado primário recorrente, num nível adequado, para manter a dívida estável; é também reduzir o custo de carregamento de várias operações financeiras do Governo. Parte do pagamento de juros que o Governo tem de forma elevada é o custo de carregamento das reservas internacionais, que são necessárias para nos dar autonomia de política econômica, e também dos empréstimos aos bancos públicos. O Governo empresta aos bancos públicos a TJLP, mas financia a taxa de mercado. E há ações nisso, tanto de elevar a TJLP quanto de baixar os aportes nos bancos públicos. Essas ações, junto com as ações de equilíbrio fiscal, vão construir as condições para essa redução da taxa de juros. Isso tem que acontecer, não é uma decisão por decreto do Governo.

V.Exa. citou a elevação da nossa dívida, em termos de valores, mas, em finanças públicas, o principal critério é a relação da dívida com o tamanho da economia. Quando o Presidente Lula assumiu o Governo, a dívida era de 60% do PIB; quando ele deixou o Governo, era cerca de 40% do PIB; hoje ela está em 35% do PIB. Então, há uma redução do endividamento líquido do Governo. Hoje, nós estamos mais preocupados com a dívida bruta, porque ela cresceu, no combate à crise, no Brasil e no mundo. No mundo todo, a dívida bruta cresceu, e no Brasil também. E agora nós estamos preocupados em reduzir essa dívida gradualmente.

Nas questões de tributação, nós temos procurado atuar nos impostos que já existem. Há uma discussão sobre tributação direta. Isso foi apresentado pelas centrais sindicais. Nós estamos avaliando isso, mas, neste momento, não faz parte do plano do Governo uma ação nessa área.

Deputado Edmar Arruda, eu posso não ter sido feliz na minha explicação, mas a saúde tem mais recursos; a educação é que tem o mesmo nível. A saúde tem um crescimento de 8,2% em relação ao ano passado. Nós temos trabalhado nisso junto com o Ministro da Saúde, para preservar os principais programas. A saúde tem um crescimento que é basicamente o crescimento esperado para a economia, em termos nominais, de inflação menos PIB. Manteve-se o valor real da saúde.



No caso da educação, o valor é o mesmo, ou seja, em termos reais vai virar uma redução, mas é necessário fazer uma adequação nos planos de alguns programas da educação. O senhor mencionou o FIES. O FIES é um programa exitoso, virou um programa de massa — o número de pessoas beneficiadas sai de cerca de 80 mil, em 2010, para quase 2 milhões, no final do ano passado. A intenção do Governo é continuar com esse programa, adotando práticas que já são adotadas em outros programas, como o Minha Casa, Minha Vida e até o Bolsa Família.

O que eu quero dizer com isso? Há algumas condicionalidades. O FIES, até pouco tempo atrás, tinha condicionalidades muito flexíveis, em termos da qualidade do curso, do desempenho do aluno e, principalmente, do valor cobrado pela universidade. Então, em alguns casos isolados, o FIES acabou sancionando um aumento de mensalidade, por parte de algumas universidades, de mais de 20%. Isso não é o objetivo da política pública.

Então, o FIES é um programa que veio para ficar; assim como o Bolsa Família, é um programa permanente. Para ser permanente, ele tem que ser adequado à disponibilidade de recursos e às melhores práticas de políticas públicas.

Vou dar um exemplo. V.Exa. conhece bem o Minha Casa, Minha Vida. Pelo que colocou, V.Exa. participa do setor de construção civil. No Minha Casa, Minha Vida, definimos o preço da unidade, as condições, quantos quartos, qual a renda da pessoa que vai ter acesso àquilo. No FIES, não estava necessariamente desse jeito. Então, o que procuramos fazer agora no FIES? O programa continua, mas o aluno tem que ter um desempenho, o curso tem que ter determinada qualidade, e, principalmente, o Governo vai aceitar um determinado reajuste da mensalidade, como também só aceita determinado reajuste no preço do Minha Casa, Minha Vida e no preço dos remédios que compra.

Nós estamos adotando no FIES, então, práticas já bem consolidadas e eficazes de outros programas, mas ele vai continuar. O Ministério da Educação está trabalhando, agora, no lançamento das metas do FIES não só para este ano, mas para os próximos anos.

Quanto à questão dos concursos, eu acho que já respondi, quando respondi ao Deputado Izalci.



Com relação ao Minha Casa, Minha Vida, nós estamos em contato com a CBIC. Nós estamos procurando adequar o valor disponibilizado para o Minha Casa, Minha Vida deste ano, que é cerca de 12 bilhões de reais, para dar previsibilidade às empresas. Já não está sendo possível fazer o desembolso tão rápido quanto no passado, ou seja, 20 dias depois da medição. Não é possível manter esse prazo. Então, nós estamos negociando com o setor uma adequação do cronograma de obras para fazer com que ele possa ter uma previsibilidade maior e resolver suas questões financeiras.

Em linhas gerais, o princípio que temos adotado — estamos discutindo com o Ministro Gilberto Kassab, que é a autoridade da área — é garantir o ritmo de execução anterior quanto ao que está próximo de ser concluído, ou seja, há conclusão de 70% ou mais, e, no caso de 70% ou menos de execução, fazer uma reprogramação do investimento para que ele possa ocorrer e as empresas tenham previsibilidade para cumprir seus compromissos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - V.Exa. me permite fazer só uma pergunta?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu não vou tomar muito tempo, mas apenas quero dizer que, há 15 anos, se produz superávit primário, e os juros só aumentam. Então, por que o Governo não enfrenta? Além da questão da reunião com os sindicalistas e de alguns poucos Deputados que não advogam aqui interesses de especuladores do mundo, por que não taxar as grandes fortunas? Por outro lado, por que não regular? No caso do FIES, eu compreendo perfeitamente. O que o Governo está fazendo é regular. Ele vai impedir que qualquer universidade privada aumente as suas mensalidades? Não, é economia de mercado. Agora, um programa público mantido com recurso público tem que ter algum parâmetro, ou, então, se a mensalidade aumenta 50%, o papaizinho Estado vai enriquecer os muito ricos. Não que eu concorde com a limitação dos recursos, mas se criou uma expectativa e um bando de jovens corre o risco de não fazer a universidade ainda.

Outra questão. Os bancos públicos no Brasil, pelo que eu consigo interpretar das informações, detêm pelo menos 30% da dinâmica, da fluidez financeira do País. Então, têm um poder enorme de funcionar como instrumento de regulação. Eu tremi



nas bases quando me disseram que a Caixa Econômica se tornaria um banco comercial — com ações na Bolsa de Valores de Nova York, para se tornar uma nova PETROBRAS. Se nós temos esses instrumentos financeiros, por que não regular? Não é justo. Eu concluo, Ministro, não é justo nem para mim, nem para V.Exa., nem para um pobre que ganha salário mínimo.

Por exemplo, eu, como professor universitário, tenho aqui um talão de cheques do banco...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Presidente, os outros membros da Comissão vão ter que ter o mesmo direito de espaço de tempo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu tenho direito à réplica.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Não há réplica aqui, não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem, mas quando...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu vou concluir.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nos 3 primeiros minutos. V.Exa. vai entender. V.Exa. falou por 7 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu vou concluir a minha réplica.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Prejudica os outros Parlamentares. Por favor! Eu acho difícil chamar a atenção de um Parlamentar, muito difícil.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu sei, mas fui citado de forma jocosa e não tive o direito, tive o tempo cortado. Eu vou concluir.

Não é justo que um funcionário público, ou um trabalhador, que precise de um cheque especial, tire 10 mil reais hoje e pague ano que vem 30 mil ou mais, enquanto continuam fazendo juros negativos para financiar, por exemplo, Belo Monte, entre outros.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vou dar a palavra agora ao Deputado Júlio Cesar.

O Ministro responderá em bloco a todas as pessoas. V.Exa. já adentrou o próximo bloco.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar, do PSD do Piauí.



O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sra. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Relatores, colegas Deputados, meus cumprimentos. Ministro, primeiro eu quero cumprimentar V.Exa. pela tranquilidade. V.Exa. passa confiança e uma tranquilidade que eu nunca vi no Governo. V.Exa. planeja, V.Exa. acompanha a execução orçamentária e a gestão. Com os números do Brasil, por viver tranquilo merece os parabéns dos brasileiros.

Eu vejo a arrecadação caindo — hoje nós estivemos com o Secretário da Receita; todas as receitas estão no vermelho em relação aos 4 meses do ano passado corrigidos pelo INPC —, o PIB caindo, a indústria caindo, o crédito caindo, as vendas caindo, a produção caindo, o superávit primário caindo, os investimentos caindo, o desemprego aumentando, a inflação aumentando, a SELIC aumentando.

E aí o senhor chega aqui, Ministro, e apresenta vários números. É a primeira vez que eu vejo cortar PAC. Eu sabia que PAC era intocável. Vinte e cinco bilhões. O senhor tem aqui a conta do PAC. Dos 65 bilhões priorizados pelo PAC, já cortaram 25. Limite para pagamento, só 40. E 39, já se sabe, serão empenhados e não pagos. Vão para Restos a Pagar. Agora, que prioridades? Minha Casa, Minha Vida, obras em andamento, saneamento e mobilidade, combate à crise hídrica — é muito séria no Brasil, tudo é coisa gigantesca —, rodovias e ferrovias estruturantes, obras nos principais portos, ampliação dos aeroportos prioritários e Plano Nacional de Banda Larga. Para quê? Quarenta bilhões. É muito pouco.

Além do mais, Ministro, o senhor aqui cortou as emendas deste ano, mas cortou emendas dos anos anteriores no total de 21,4 bilhões, porque neste ano eram só nove e pouco. Eu entendo que há emendas de outros exercícios não pagas, se foram cortados só 4,9. Além das emendas, Ministro, o que me preocupa é o déficit dos Restos a Pagar. Há inscritos, entre prioritários e não prioritários, mais de 200 bilhões em Restos a Pagar. O subsídio do BNDES, que vai continuar este ano, inclusive já votamos aqui mais de 50 bilhões, ano passado foi 25. As desonerações em 2012 foram 112 bilhões — umas estão sendo anuladas, como a CIDE e o IPI, que o senhor mesmo citou. A conta de energia está sendo repassada para o consumidor, mas, nos últimos 3 anos, são 62 bilhões. O senhor falou aqui que o Bolsa Família vai ter 27 bilhões. Aumentou. Esse aumento é porque vai aumentar o



número de famílias ou porque vão ser adicionados os Restos a Pagar do ano passado, mais de 2 bilhões? Eu queria saber se vai aumentar o número de famílias.

Todas as medidas que o Governo tem tomado, Ministro, pelos números que nós conhecemos, eu acho que não vão dar o resultado desejado. A tributação que querem impor aos bancos — e tenho dito isso reiteradas vezes; o meu colega acha que vai passar para o consumidor — não passa, porque eu acho que a tributação é sobre o lucro. Os cinco maiores bancos lucraram mais do que o Governo pôde investir no ano passado: 62 bilhões. Os bancos pagam a folha e seu custeio só com serviços e tarifas e ainda sobram 30%.

Ministro, o Governo tem na DAU, Dívida Ativa da União, 1,4 trilhão de reais; em processamento, 300 bilhões; e, em fase administrativa, 400 bilhões na Receita Federal. Total: 2 trilhões. Hoje eu perguntei ao Secretário da Receita se não era hora de fazer outro REFIS, porque, com o REFIS da crise, já foram arrecadados mais de 70 bilhões de 2009 para cá. Ele fez o REFIS dos bancos. Foi tanto estímulo que os bancos pagaram à vista, em novembro do ano passado, 20 bilhões, de uma vez só. Então, fica a sugestão. Além de aumentar a tributação dos bancos, aproveitar esse ativo que nós temos, e passivo, de muitos brasileiros e brasileiras e empresas brasileiras, na DAU. Isso é muito importante para que o Governo possa encontrar um equilíbrio nas suas contas.

Eu estou aqui torcendo para que tudo dê certo, mas sempre reticente a que essas medidas sejam apenas paliativas e preparatórias para outras medidas, inclusive o ressurgimento da CPMF.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Lelo Coimbra.

Em seguida, falará o Senador Hélio José. O Deputado Julio Lopes havia se ausentado. Eu vou retornar a palavra a ele no final.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Obrigada.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Boa tarde a todos, Presidente, Ministro Nelson Barbosa. A primeira pergunta se refere à inquietação que nós estamos vendo nos Estados — eu e a Senadora Rose somos do mesmo Estado inclusive — quanto ao impacto. Pergunto qual o perfil dos cortes nas obras no Estado, as



previstas, em andamento ou prometidas. Nós precisamos desse mapa para poder discutir nas nossas cidades com a população. Há expectativas muito grandes, acumuladas, algumas prestes a ser encaminhadas, e nós ficamos preocupados, sem saber se elas vão adiante, além de um conjunto de ações e medidas que se referem aos Municípios. Eu faço minhas algumas preocupações e manifestações do Deputado Júlio Cesar, que me antecedeu neste momento. Então, a primeira pergunta é sobre o mapa de cortes dos Municípios.

Há outra questão que eu queria colocar, Ministro. Envolve essa decisão acerca do ajuste, que alguns, ou muitos, desejavam que fosse maior, outros menor. O Governo colocou numa medida sabendo que ia haver um ponto de corte, no debate no Congresso. É uma recuperação de confiança, uma nova perspectiva de gestão do Governo quanto à área econômica e ao nosso desenvolvimento. Então há um conjunto de medidas a serem tomadas. A Presidência, numa reunião com alguns Ministros... Inclusive, o senhor anunciou, na semana seguinte a essa reunião, a perspectiva do processo de concessões de obras. Eu queria informações sobre essa decisão enquanto política pública.

Há um conjunto de decisões que se fazem necessárias, após esse ajuste inicial, que vai dar o perfil do caminho para onde nós vamos. E isso vai nos dar mais segurança ainda. Se a função dos ajustes é trazer a confiança do mercado e o ambiente de desenvolvimento para o Governo, na sua gestão, e para a sociedade, nos seus resultados, é preciso que esse desdobramento se processe da mesma forma.

Por fim, duas questões eu considero importantes. Uma questão — isto já foi dito por alguém que me antecedeu — é o enxugamento do Governo. Isso é muito importante, porque aonde nós vamos as pessoas falam: *“Estão cortando da gente, estão cortando daqui, estão cortando dali”*. O Deputado Júlio Cesar falou, com uma alegria danada — eu não tenho essa mesma alegria —, que está esperando ardentemente a CPMF. Eu estive no Ministério da Saúde e senti lá o ambiente para a recriação da CPMF, e o Deputado Júlio numa felicidade danada. Eu não sei se todos aqui sentem essa mesma felicidade. As pessoas perguntam se o Governo vai apresentar uma remodelagem do seu perfil, do seu tamanho, em relação a essa questão.



O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Perguntam qual a contrapartida, não é, do Governo.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Eu queria a opinião do senhor sobre esse assunto.

Para concluir mesmo, uma última coisa, e isto não tem a ver com nada que possa constranger, embora a pergunta constranja. O senhor estava no Governo passado da Dilma, era Secretário de Ministério, vivenciou a política econômica daquele momento, e agora é responsável por fazer o trem virar ao contrário. Entre aquele momento e este, não havia uma percepção de que esse fosso estava se abrindo? E, se havia essa percepção, por que um silêncio tão grande para esse fosso se abrir e depois, neste momento, vir a mudança de rumo, em 360 graus, dessa locomotiva?

Essas são as minhas perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos aproveitar que o Deputado Julio Lopes retornou e conceder a palavra a S.Exa., pelo prazo de 3 minutos.

Em seguida, o Ministro responde.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Muito obrigado, Presidente Rose de Freitas. É uma honra mais uma vez estar sob a presidência de V.Exa. Cumprimentando V.Exa., cumprimento todas as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados. Cumprimento S.Exa. o Ministro Nelson Barbosa e agradeço sua presença.

Ministro, obviamente, nós temos aqui vários assuntos de interesse, mas um tema que tem me chamado especial atenção é a questão da execução do Bolsa Família relativamente a um acórdão, do Tribunal de Contas da União, que saiu em 10 de setembro do ano passado, em que, examinadas 1 milhão e 600 mil famílias... quanto a 14 mil famílias, ficaram provadas, ali, 400 mil irregularidades. Foram eleitos 577 Vereadores recebendo Bolsa Família; são 200 mil proprietários de automóveis, com valor acima de 10 mil reais, recebendo o Bolsa Família; mais de 200 mil proprietários rurais, também; dezenas de proprietários de motocicletas... O senhor deve ter tomado conhecimento, porque é um acórdão do Tribunal, em que este diz claramente que não há como fazer auditoria, uma vez que os números atribuídos



têm muitas multiplicidades. E o Tribunal sugere ao Ministério do Desenvolvimento Social que faça a adoção do CPF com código, para processar com mais exatidão a questão desses pagamentos, que são muito importantes.

Eu quero dizer, Sr. Ministro, que acredito que o Bolsa Família é um instrumento importantíssimo do Governo. As minhas observações são no sentido de contribuir com esse programa, que julgo da maior importância.

Mas há outra anomalia. Eu sou Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e sei que a Caixa Econômica Federal financia, por exemplo, a primeira faixa do Minha Casa, Minha Vida, onde há uma série de pagamentos em atraso. Mas na Caixa Econômica Federal, mesmo sendo um agente financeiro do Governo, não consta o CPF do contemplado na primeira faixa do Minha Casa, Minha Vida, o que, para mim, se constitui em escândalo, Presidente Rose de Freitas. Não é razoável que isso ocorra num banco que empresta dinheiro brasileiro, de nós brasileiros, de uns e dos outros. Esse dinheiro não é do Estado, somos nós que abrimos mão de comprar alguma coisa ou de contratar um serviço, para subsidiar outro irmão brasileiro. Portanto, não se tem o CPF dessas pessoas.

Por isso, eu apresentei um projeto de lei, Sr. Ministro, sobre toda transferência direta a um cidadão brasileiro. O somatório das transferências diretas aos cidadãos no ano passado consumiu 110 bilhões de reais. Foram subsidiados diretamente 74 milhões de brasileiros. E não há auditoria desse sistema de forma confiável, segundo nos reporta o TCU.

Somado a isso, nós vemos que o Governo nunca tem contingenciado esses programas sociais, mas, ao contrário, aumentado sempre a despesa: em 2012 eram 20 bilhões de reais; em 2013, 23 bilhões de reais; em 2014, 26 bilhões de reais; e neste ano, estão previstos 27 bilhões de reais. Isso vai contra todos os demais programas do Governo, porque a média de execução orçamentária vai até 60% no máximo, um ministério bem sucedido executa 60%. No Minha Casa, Minha Vida e no Ministério de Desenvolvimento Social, a média histórica das execuções é de 98% ou 96%.

Mas o que eu queria finalmente perguntar a V.Exa., além das suas observações sobre a questão do Minha Casa, Minha Vida, é o seguinte: no decreto do último 22 de maio deste ano, V.Exa. libera 40 bilhões de reais para a execução



orçamentária do PAC. V.Exa. tem de executados, processados e pagos, 4 bilhões, 367 milhões e 934 mil reais. Mas V.Exa. tem Restos a Pagar ainda não pagos da ordem de 58 bilhões, 383 milhões e 39 centavos, segundo a própria portaria. Portanto, na realidade, nós não vamos executar nada, nós vamos ficar devendo ainda Restos a Pagar do ano que vem.

É isso mesmo, Sr. Ministro? Se os Restos a Pagar montam essa diferença e a execução disponível é de 40 bilhões, nós vamos ficar devendo, no mínimo, pelo menos esses 18 bilhões de reais em relação aos Restos a Pagar do PAC não processados e não pagos no ano de 2014.

Eram essas as minhas considerações sobre as quais eu gostaria de ouvir as respostas.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente...

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidente, eu estou sendo convocado a comparecer à CPI do CARF, importante CPI do Senado, portanto, se V.Exa. permitir, eu gostaria de incorporar as minhas perguntas. Eu sou o próximo deste bloco. Assim, se o Sr. Ministro pudesse rapidamente me responder, eu já iria para a CPI do CARF.

O SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Senador. Não há dificuldade.

V.Exa. pediu a palavra pela ordem, Deputado Edmar Arruda?

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sra. Presidente, o Deputado Ricardo Barros, quando estava na Presidência, ficou de me conceder a palavra após algumas falas. Portanto, agora que V.Exa. assumiu a Presidência, eu gostaria de ter só 1 minutos após o Senador Hélio José se manifestar.

O SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Edmar Arruda, eu me lembro das palavras de V.Exa., que pediu que eu fosse fidedigna à lista colocada.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Eu sei. Mas havia a réplica por 2 minutos, que o Deputado Ricardo Barros não me concedeu.

O SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Farei isso oportunamente.

Senador Hélio José, V.Exa. tem a palavra.



O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa. pelo excelente trabalho e cumprimentar o nosso Ministro Nelson Barbosa e sua equipe, que pacientemente estão respondendo às nossas perguntas.

Inicialmente eu só gostaria de registrar o meu irrestrito apoio, Ministro Nelson Barbosa, à questão da necessidade de ser recomposto o quadro dos servidores do Banco Central concursados, dando uma oportunidade para que haja uma equipe mais completa. Quero dizer que a sua resposta atende em parte à questão. Eu acho que vale a pena nós nos empenharmos, agora com essa realidade já definida, para auxiliar na contratação dessa equipe do Banco Central, concursada e de competência, o que é muito importante.

Ainda nessa questão de trabalhadores, como temos a clareza da necessidade do desenvolvimento da infraestrutura nacional, quero lembrá-lo de que estou aguardando a nossa audiência para conversarmos sobre uma importante carreira da infraestrutura nacional, a dos analistas de infraestrutura. Está pendente esse diálogo

Hoje, cerca de 30% a 35% dos servidores abandonam essa carreira por causa da situação em que se encontram, por terem sido excluídos da MP 440. E nós precisamos discutir isso na carreira pública federal. Estou aguardando essa audiência com V.Exa. agora, quando estão se definindo essas questões. Queremos conversar com V.Exa. e com o Planalto, para que possamos resolver o problema desses 800 servidores que trabalham nos 11 Ministérios que tratam da infraestrutura nacional e são fundamentais para o desenvolvimento social.

Eu gostaria de dizer que compartilho com a ideia do Deputado Júlio Cesar. Sinceramente, vendo o caos da saúde aqui no DF, por exemplo, está difícil manter os serviços, pois falta tudo. Eu acho que, se nós reconstituirmos a CPMF, vai ser uma boa. Quero aqui defender essa tese, caso ela venha do Palácio do Planalto, pois acho que todos temos que colaborar para uma saúde de melhor qualidade e em condições de funcionamento. A crise hoje é muito grande por falta de recursos e por falta de alternativas. Eu quero manifestar isso até em consideração, já que somos do mesmo partido, o PSD.

Com relação ao contingenciamento de emendas, Ministro Nelson Barbosa, eu, por exemplo, pude apresentar 10 milhões de reais de emenda aqui: 5 milhões de



reais para a saúde, o que era obrigatório; 4 milhões de reais para a educação; e 1 milhão de reais para o meio ambiente, tudo sendo o extremo da necessidade.

Parece que esse contingenciamento vai atingir todo mundo. Não haveria jeito de se fazer uma seletividade dentro daquelas questões que são bastante cruciais para a sociedade como um todo e não questões mais pontuais, para que, por exemplo, não ficassem prejudicadas algumas emendas que possam ter sido feitas por vários Parlamentares? É preciso avaliar essa possibilidade.

Para concluir, eu quero dizer a V.Exa. que eu e vários Parlamentares Senadores da República, dando um voto de credibilidade às propostas da nossa Presidente da República e do nosso Ministério do Planejamento, ontem aprovamos a MP 665. Há a MP 664 para hoje e a importante MP 668, que precisamos discutir até o final desta semana. Estamos fazendo todo esse sacrifício por confiarmos exatamente na necessidade de serem moralizadas algumas coisas que não estavam devidamente equacionadas.

Inclusive em conversa com V.Exa., colocamos que achávamos que o ideal seria que o Governo tivesse mandado um projeto de lei, para que juntos pudéssemos melhor definir os ajustes necessários ao seguro-desemprego, os ajustes necessários ao seguro-defeso e coisa e tal. Mas foi possível a MP. Votamos, portanto, a MP nessa consciência de estar contribuindo para que não haja fraude e para que o sistema possa de fato funcionar de forma adequada e exequível.

Eu fiquei preocupado quando V.Exa. falou da questão do FIES, porque conheço muita gente que estava estudando com esse recurso e que não conseguiu se manter no sistema. Como vamos fazer para que não seja jogado ao léu todo aquele investimento que já feito com relação a esses que estavam estudando, uma vez que eles não têm dinheiro para continuar pagando os estudos?

Eu acredito que, para os novos, aqueles que entraram agora no programa, seria mais razoável fazer uma grande limitação. Mas para os que já estavam no programa há uma alternativa? Os senhores estão pensando em alguma saída, alguma porta que resolva a situação desses que porventura não conseguiram permanecer no programa e que de fato necessitam desses recursos? Eu acho que quem não necessita desse recurso tem mais é que estar fora mesmo. E acho que é



preciso haver regras que definam quantitativos, até para a sobrevivência do programa, que é importante e de grande relevância.

Eu vou ficar por aqui, dizendo que estamos juntos nessa luta, que vamos hoje votar a MP 664 e que vamos votar a MP 668. Mas precisamos ver a realidade da situação e garantir que as coisas caminhem de forma mais tranquila, para que possamos ter melhor condição de ajudar o Governo e o nosso Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só concluindo, o Deputado Edmar Arruda tem 2 minutos de réplica. Terminado este bloco, passaremos ao bloco seguinte, com o Deputado Domingos Sávio, a Deputada Geovania de Sá e o Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Ministro, quando nós falamos em superávit primário, estamos falando o seguinte: pega-se a receita; tiram-se as despesas e investimentos; e o que sobrar é superávit primário. Acredito que seja isso. Mas para que isso aconteça, não tem que entrar o dinheiro, para que o dinheiro saia? Se isso é verdade, onde foi parar o dinheiro dos Restos a Pagar de 227 bilhões de reais? Isso era em abril, mas hoje já deve ter aumentado. Onde foi parar esse dinheiro? Por que não existe esse dinheiro? Por que não foram pagos?

Além disso, das nossas emendas do ano passado, não foi pago praticamente nada. Portanto, eu gostaria de saber desta lógica de sumir o dinheiro.

Com relação ao FAR, V.Exa. disse que está estudando um novo cronograma. V.Exa. tem o total do valor a pagar e o total do valor contratado e a executar do FAR? Talvez os nobres Deputados não saibam como o FAR funciona: o FAR não tem nada a ver com empreiteiras; as construtoras são contratadas pela Caixa para executar as obras e entregá-las ao Município. As empresas são contratadas pela Caixa, elas não vendem nada.

Para terminar, há duas questões rápidas. Primeira, qual a garantia de que, ao criar a CPMF, o Governo não vá fazer o que fez no passado? Não adianta nada nós destinarmos 50% das nossas emendas para a saúde, se o Governo jogar esse valor dentro do índice que tem que dar para a saúde. Isso teria que ser feito acima do índice. Na CPMF funciona do mesmo jeito: se utilizarem a CPMF para cumprir o índice que já está na lei, não vão aumentar nada para saúde.



Segunda questão: V.Exa. não quer estudar a possibilidade de nós destinarmos um pedacinho do Fundo de Garantia daquelas famílias cujo filho está indo para a universidade privada porque não teve condições de ir para a universidade pública, para que ele pague com esse recurso as suas mensalidades, sacando ano a ano?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou pedir só a compreensão de todos porque, após esta rodada, nós vamos fazer uma pausa breve, para que quem quiser possa beber água e respirar. Em seguida, para terminar, haverá apenas dois blocos.

Sr. Ministro Nelson Barbosa, V.Exa. está com a palavra.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Quero responder rapidamente ao Senador Hélio José, que vai ter que sair. Quanto à questão dos analistas de infraestrutura, como eu falei, estamos em processo de negociação com todo o funcionalismo, que já começou em maio. Isso inclui um princípio geral, que foi o que eu coloquei aqui, para nortear a proposta que o Governo vai fazer em termos de salário, e inclui também uma negociação específica com cada carreira.

Isso está sendo feito pelo Secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, que já deve ter recebido ou irá receber os analistas de infraestrutura, para ver o que é possível fazer nesse caso. É uma carreira crucial, principalmente nesse esforço que nós temos de fazer para aumentar o investimento em infraestrutura. Mas, como todas as carreiras, esta precisa também se adequar à disponibilidade de recursos e principalmente a certa isonomia com as demais que têm atribuições semelhantes.

Agradeço ao Senador Hélio José, como já mencionado, o apoio à MP 665 e, antecipadamente, o apoio que S.Exa. já anunciou às demais MPs que estão hoje no Senado.

Na questão das emendas, nós estamos programando neste momento as emendas individuais, sendo que ali há um valor para empenho. Existe um valor também de pagamento, que muito provavelmente é para o pagamento dos empenhos que foram feitos nos exercícios passados. Então, aquele limite é um limite para o empenho de novas emendas. E há um limite correspondente de



pagamentos, que provavelmente vai ser para as emendas que já são de outros Orçamentos, principalmente se essas emendas tiverem a ver com investimento.

Na questão do FIES, Senador, o objetivo é, obviamente, manter quem já está dentro do programa. Mas, como eu coloquei, há casos em que houve reajustes de 20% a 30% da mensalidade. Então, como já foi dito pelo Ministro da Educação na época e por outras autoridades do Governo, não faz parte dos planos do Governo sancionar aumentos abusivos de mensalidade. Por isso, foi colocado um teto para o aumento de mensalidade dos que já estão dentro do programa, e isso está sendo negociado com as instituições. Ou seja, os que estão dentro do programa têm preservado no FIES até o limite de reajuste estipulado pelo Governo. Além deste limite, trata-se de uma negociação que está sendo feita caso a caso entre as universidades e os alunos.

O primeiro a fazer questionamentos foi o Deputado Júlio Cesar, sendo que o Deputado Edmilson Rodrigues fez um aparte. Nós temos a prática de fixar metas de resultados primários desde a LRF, ou seja, desde 2001. A taxa de juros caiu, Deputado. A taxa real de juros pode não ter caído na maneira como todos nós desejávamos, mas tem caído. Só para fazer um histórico, a taxa real de juros no Brasil já foi de quase 50% no final do Governo Collor; quando veio o Plano Real, a taxa real de juros caiu para 25% do real; quando se adotou o sistema de meta de inflação, a taxa real de juros caiu para cerca de 10% do real; depois, no final do Governo Lula e início do Governo Dilma, a taxa real de juros ficou em torno de 5% do real; e hoje a taxa real de juros medida pelos economistas está em torno de 7%, que é a taxa de juros esperada. Isso reflete este momento em que o Banco Central está fazendo elevação da taxa de juros para combater — tenho certeza de que o Ministro também falou aqui sobre isso — os efeitos desse realinhamento de preços que ocorreu na economia brasileira.

Nós ainda temos uma taxa real de juros elevada, mas é importante também não esquecer que ela já vem caindo ao longo do tempo. Esperamos que, com essa recuperação fiscal e com a redução da inflação para o centro da meta, seja possível retomar essa trajetória de redução de longo prazo. O que nós estamos vendo agora é um ciclo monetário de elevação de taxa de juros, para combater os efeitos temporários do realinhamento de preços na economia brasileira.



Deputado Júlio Cesar, V.Exa. também perguntou sobre o corte do PAC. No ano passado, houve um corte do PAC de cerca de 8 bilhões de reais. Este ano o valor é bem mais elevado. Eu, como participei da elaboração do PAC, sei que é difícil cortar, mas é também uma escolha inevitável. O Orçamento, como sabem todos aqueles que trabalham com isso, assim como V.Exa., é uma escolha de prioridades. Então, nós temos também que manter prioridades em vários programas sociais, em programas da educação e da saúde. E nesse esforço, foi necessário fazer um corte no PAC. Mas ainda assim, o valor remanescente do PAC é de 40 bilhões de reais, que é um valor elevado, é um valor que permite a execução de vários projetos.

V.Exa. fez uma pergunta específica sobre a questão da emenda. Como eu já coloquei, há um valor disponível para empenho e também há um valor disponível para o pagamento das emendas. Então, na verdade, vai ocorrer um pagamento das emendas que têm Restos a Pagar e do empenho de emendas novas, dentro do que é fixado pelo regulamento das emendas impositivas. E se a receita melhorar, se a evolução da economia permitir, aí será possível liberar mais não só de emendas, mas também de outros programas.

Na questão do Bolsa Família, praticamente não há Restos a Pagar, porque é um programa de execução contínua. Esse aumento de valor deve-se basicamente ao reajuste do Bolsa Família que foi feito em meados do ano passado. Então, como esse reajuste foi feito em meados do ano passado, mesmo com o mesmo número de pessoas no programa, o valor desembolsado este ano é um pouco maior do que o do ano passado.

Quanto à sua sugestão sobre a Dívida Ativa da União, obviamente o senhor já a transmitiu ao Secretário Rachid. Eu acho que todo o Governo está empenhado no esforço de arrecadação. Sinceramente, eu não sei se fazer mais um REFIS é a solução para este problema, mas obviamente transmito e reforço o que o senhor já falou ao Secretário Rachid.

O senhor e outros Parlamentares também perguntaram sobre a questão da CPMF. Nosso esforço tem sido o de atuar sobre os impostos que já existem. Não faz parte da estratégia do Governo a criação de novos impostos ou atuar sobre novas tributações. Nós temos procurado atuar nos impostos que já existem e



principalmente na reavaliação de algumas desonerações que foram adotadas. Neste momento, nós achamos que isso é o suficiente para o esforço de reequilíbrio fiscal.

O Deputado Lelo Coimbra pergunta sobre o impacto nos Estados. Deputado, este é um impacto que nós temos dimensionado, mas é um impacto que trabalhamos em conjunto com os Ministérios setoriais, de cada área. Essa é uma informação. Há um planejamento, principalmente na área dos Ministérios das Cidades e de Integração Nacional, que têm várias obras descentralizadas. Cada Ministério é a melhor autoridade para passar ao senhor o mapa do impacto.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Cada Ministério tem, então, o seu montante de corte e decide onde corta? É isso?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - É isso. A autoridade final é o Ministério setorial, que aloca. Obviamente, dentro do PAC, nós fazemos um planejamento conjunto e participamos desse processo. Mas a decisão de alocação, no final, é do Ministério setorial.

O senhor perguntou muito corretamente sobre novas iniciativas. Como eu falei, esse reequilíbrio fiscal e contingenciamento é parte de uma estratégia para recuperar o crescimento. Nesse esforço, há outras iniciativas. Na semana que vem deve ser lançado o Plano Safra: na terça-feira, o Plano Safra empresarial; Na quarta-feira, o Plano Safra da Agricultura Familiar. Na semana seguinte, nós esperamos já anunciar o conjunto das concessões. Até o final de junho, está planejado também pelo Ministro Armando Monteiro anunciar as principais medidas do Plano Nacional de Exportações. Estamos trabalhando na fase 3 do Programa Minha Casa, Minha Vida, para ser colocado o anúncio do seu início a partir de julho.

Então, há uma série de iniciativas que, passada essa fase inicial mais focada no fiscal, começam a ser anunciadas em sequência, para suportar e acelerar a recuperação da economia.

No enxugamento do Governo, nós estamos procurando fazer, através dessas despesas e do contingenciamento, também cortes de custeio e administrativos. Essa é uma medida que contribui muito para a eficiência do Governo, apesar de não gerar um valor tão elevado. É obrigação de todo governo ter o máximo de eficiência e eficácia, e é isso o que nós estamos procurando fazer.



O senhor fez uma pergunta específica sobre a minha participação no Governo anterior e no de agora — eu não falo em Governo anterior, mas no Governo Lula. Para usar uma metáfora, eu não acho que o trem não virou ao contrário, mas que o trem agora está subindo uma ladeira. E quando o trem tem que subir uma montanha, a velocidade é diferente de quando ele tem que descer uma montanha.

As condições internacionais e domésticas mudaram. Isso exige um ajuste na condução da política econômica, sem perder a direção, mantendo a direção, com uma política que procura criar as condições para o crescimento, procura criar condições para aumentar a produtividade, para que, com isso, os salários possam crescer sem pressionar a inflação, para que os lucros possam crescer sem pressionar a inflação e o Governo tenha mais receita para ampliar e melhorar os seus programas sociais.

O projeto de crescimento com inclusão social continua, mas agora numa nova fase devido à mudança na conjuntura doméstica internacional, numa nova fase devido à própria mudança na sociedade brasileira, que hoje é uma sociedade que tem um maior número de pessoas nas universidades, uma sociedade que tem um maior número de pessoas incluídas no mercado de consumo de massa, que tem uma demanda cada vez maior sobre o Estado e é mais exigente quanto à transparência e à eficiência das políticas públicas.

Portanto, eu acho que os ajustes que estão sendo feitos visam adequar um mesmo projeto — um projeto vitorioso de crescimento com inclusão social — às mudanças inerentes no Brasil e ao que ocorreu também no resto do mundo.

Deputado Julio Lopes, eu concordo integralmente com o senhor quanto à necessidade de se melhorar a transparência e a execução de vários programas de transferência de renda. No caso dos beneficiários do Bolsa Família, eles já são identificados no Portal da Transparência, onde consta o CPF, o nome e quanto receberam.

V.Exa. participou da implantação do programa e se lembra disso, mas eu queria só destacar que nós também estendemos essa mesma prática para os programas do FAT. A MP 665 que foi aprovada aqui na Câmara e foi aprovada ontem no Senado — agradeço novamente o apoio dos Deputados e dos Senadores —, prevê, dentre outras coisas, a colocação no Portal da Transparência dos dados



de todos os beneficiários do programa do FAT: o CPF, a quantia recebida, o seguro-desemprego, o seguro-defeso, o próprio abono salarial. Eu acho que este é o caminho.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Por que não estender isso ao Bolsa Família e aos demais programas?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Não, o Bolsa Família já está no Portal da Transparência. Eu quero até checar isso.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Não, senhor.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - No meu entendimento, o Bolsa Família está no Portal da Transparência.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Não, senhor.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Então, vamos ver isso. Eu acho que isso já é aplicado. Vou encaminhar essa questão, a sua orientação ao Governo.

Quanto ao Minha Casa, Minha Vida, até aproveitando uma colocação que o Deputado Edmar Arruda colocou, no caso da Faixa 1, é um recurso bem subsidiado, um recurso público, porque o Governo contrata, o FAR contrata a construção. Nesse caso, eu acho que pode ser aplicada essa lógica. Vamos avaliar. Eu acho que ela até já é aplicada por motivos de controle interno, talvez ainda não seja publicizada.

No caso das Faixas 2 e 3, o financiamento é feito com recursos do FGTS. Aí existe aquela questão de operação bancária, se pode ou não, dependendo das regras do FGTS.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Nessas faixas são publicados esses dados?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Sim. Então, eu acho que nós podemos estudar a extensão também para a Faixa 1.

Quanto ao PAC, por ser investimento, quase sempre a maior execução dele é de Restos a Pagar. Em 2014, 55% do gasto do PAC foi de Restos a Pagar. Isso já é um processo natural, porque todo projeto de investimento às vezes tem um ciclo de 1,5 ano, 2 anos ou até 3 anos, sendo que a maior execução do investimento no ano é sobre os Restos a Pagar.

Desde o ano — o processo já começou com a Ministra Miriam Belchior — nós temos procurado reduzir essa diferença, ou seja, pagar mais do que empenhar. No



ano passado foi quase igual, mas se pagou um pouquinho mais; neste ano, se prevê pagar 40,5 bilhões de reais e empenhar 39 bilhões, ou seja, os Restos a Pagar vão cair 1 bilhão de reais. Mas a nossa prática é não aumentar o volume de Restos a Pagar, procurar reduzir isso gradativamente.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Mas os Restos a Pagar são de 58 bilhões de reais, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Sim, mas parte desses Restos a Pagar vai ser paga este ano. Nem todos os Restos a Pagar acumulados no final de um ano são pagos no ano seguinte; a execução de Restos a Pagar tem um prazo de 1,5 a 2 anos em média. Isso é normal na questão do investimento.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Ministro, então, os Restos a Pagar são contratuais, não são executados?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Existem dois Restos a Pagar: os Restos a Pagar processados e que já foram medidos, que são pagos; e os Restos a Pagar empenhados, mas que ainda não foram medidos. Esses empenhados, mas não medidos dão o valor de duzentos e vinte e poucos. Os processados deram cerca de 30 a 40 bilhões de reais. A maior parte deles já foi paga até fevereiro.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Esses 58 bilhões de reais são os não processados, então?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Eu não tenho o detalhe, mas posso passar o para o senhor. Eu não tenho o detalhamento aqui, mas eu passo para o senhor.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Eu estou lhe dizendo isso porque a portaria é de V.Exa.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Eu não tenho o detalhamento de todos os números na cabeça. Eu peço a compreensão do senhor. Eu posso ver o quanto é processado desses Restos a Pagar, o que está em estágio de processado, medido e ainda não pago.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Os Restos a Pagar processados são no valor de 4 bilhões de reais, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Então, esses 4 bilhões de reais, com certeza, serão pagos num prazo muito curto.



O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Agradeço a V.Exa. e quero dizer que tenho apoiado as medidas de ajuste fiscal do Governo, em que pese não poder votar na questão do transporte somente, porque foi um acordo que fizemos com o próprio Governo quando eu era Secretário de Estado de Transportes.

É importante que V.Exa. saiba que a desoneração da cota previdenciária das empresas de transporte entrou no acordo, para poder haver a redução de valor naquela época.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Eu lembro.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Se reajustado agora esse valor, haverá o impacto de 1,5 real nas passagens, o que trará uma enorme confusão para as ruas.

Por essa razão, eu votarei integralmente, como o fiz já no ajuste fiscal anterior, nas medidas anteriormente aprovadas, com exceção dessa, porque, como participei do acordo e acredito que isso vai dar uma enorme confusão, não poderei fazê-lo.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Falta só a pergunta do Deputado Edmar Arruda. O FAR, como o senhor mesmo colocou, é basicamente um programa de execução pública. Nós estamos procurando reduzir o prazo de pagamento. Segundo informações que nós temos tem hoje, a fatura com maior atraso de pagamento ou prazo de pagamento hoje é de 42 dias.

Agora, com a liberação da programação orçamentária, nós esperamos reduzir isso rapidamente. Não vai ser aquele período de 20 dias, mas nós queremos um período menor do que os 42 dias e dar maior previsibilidade.

Sobre o FGTS, eu prefiro me aprofundar e conhecer melhor sua sugestão, levá-la aos demais membros do Governo e ver a possibilidade da sua adoção ou não. Neste momento, nós não temos uma posição sobre isso.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Ministro, o senhor tem o valor contratado do FAR? O senhor tem essa informação ou não?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - O valor contratado do FAR? O pessoal tem aqui, eu pego e passo a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos dar 1 minuto de pausa.



Eu quero anunciar que há mais dois blocos. Estão encerradas as inscrições, porque é impossível permanecer com o debate, embora isso não implique com a votação. Mas eu quero explicar que a votação é importante no Senado e que, em seguida, a Câmara começará a votar.

O próximo bloco se compõe dos Deputados Domingos Sávio, Geovania de Sá e Leo de Brito. O outro bloco terá os Deputados Alfredo Kaefer, Elmar Nascimento e Professora Dorinha Seabra Rezende. Portanto, estão encerrados os blocos dos inscritos.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Sra. Presidente, eu queria os 2 minutos de réplica.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, permita que o Ministro dê uma pausa, por favor, porque S.Exa. pediu anteriormente.

(Pausa prolongada.)

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos reabrir os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar. Serão 2 minutos, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Serão 2 minutos. Deixemos o Ministro terminar, para prestar atenção.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos deixar que o Deputado Júlio Cesar conclua.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Ministro, primeiro, V.Exa. fala que o Bolsa Família aumentou para 27 bilhões de reais. No ano passado não foi isso. Ele vai aumentar o valor ou vai aumentar o número de beneficiários, para chegar aos 27 bilhões de reais?

Segundo, houve um corte, um contingenciamento nas transferências para Estados e Municípios de 10,9 bilhões de reais — está no relatório de V.Exa. Eu pergunto: uma transferência constitucional pode estar sujeita a corte de contingenciamento?

Terceiro, sobre emendas, V.Exa. fala em 21,4 bilhões de reais, mas só explica os 4,9 bilhões de reais. Estão aí todas as emendas de bancadas, todas as



outras emendas? Isso não ficou bem claro. Inclusive a emenda dos novatos, que soma 2 bilhões e 600.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, um minutinho.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Não, já estou terminando.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Se as pessoas não colaborarem, é impossível fazer um debate dessa natureza. Por favor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Por último, Ministro, o Decreto nº 8.402, de Restos a Pagar, eu já soube que saiu do seu Ministério, está na Fazenda. Vai ser assinado? Vai ser prorrogado esse prazo do Restos a Pagar, disciplinado pelo 8.402? Eu gastei menos de 2 minutos. Só isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É verdade, Deputado Júlio.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidenta Senadora Rose de Freitas, Sr. Ministro Nelson Barbosa, sua equipe, colegas Parlamentares, primeiro, registro meu respeito e meu reconhecimento, já que é uma característica muito própria dos profissionais da área econômica se esforçarem, se esmerarem para buscar os acertos. Nós vemos — o senhor participou do Governo passado — que as pessoas que querem fazer as coisas certas, às vezes, não são as mais ouvidas neste Governo que aí está.

Não tenho dúvida de que o senhor e muitas outras pessoas, com a inteligência privilegiada que têm, já testemunhavam, assistiam, de condição até muito privilegiada, aos absurdos que se fizeram sob o pretexto de que os fins justificam os meios, tese muitas vezes de origem extremista, e que, com esses meios, se sacrifica o povo brasileiro.

O que se fez na PETROBRAS é um pequeno exemplo disso, mas não só na PETROBRAS. Nós alertamos, quando se faziam as medidas do setor energético, que isso iria afetar muitas empresas públicas, nos Estados, e empresas federais. Agora a ELETROBRAS acaba de perder o seu grau de investimento. A ELETROBRAS teve prejuízos enormes.

Nós vemos, com frequência, que falta transparência no BNDES. Esta Casa acabou de aprovar medida que busca mais transparência no BNDES, para ajudar o



Governo, para evitar que este País novamente mergulhe no equívoco de destruir os seus patrimônios, e a Presidente Dilma vetou. Não quer transparência. Nós queremos tão somente, aliás, o autor, o Deputado Alfredo, transparência nas operações internacionais, para que o dinheiro do povo brasileiro não continue financiando republiquetas ou ditaduras fora do Brasil. Há uma grande interrogação em cima de todo mundo: até que ponto esses créditos que o BNDES possui, ou que o Brasil possui, não vão, ao longo do tempo, virando moeda podre?

O senhor mesmo comentava — está aqui no relatório — que a dívida líquida reduziu, mas a dívida pública bruta do Brasil alcançou percentuais do PIB jamais vistos. Nós estamos num patamar que qualquer analista de economia mundial não recomenda.

É claro que, quando se analisa o grau de investimento do Brasil, eles o fazem considerando o Brasil. Então, analisam uma dívida bruta do Brasil. Ou eles vão deduzir o que o Brasil tem para receber de Cuba, da Venezuela, das ditaduras da África? Qual é o grau de investimento desses e de tantos outros países que devem ao Brasil? Para mim, isso é muito sério, Ministro.

As minhas sugestões e perguntas ao senhor, Ministro, estão na linha do que podemos fazer para organizar melhor o nosso Orçamento, razão da vinda de V.Exa. a esta Casa por razões constitucionais. Mas o senhor vem também para conversar conosco e nos trazer algumas explicações sobre este pacote de ajuste, que traz o nome de ajuste fiscal, que, em alguns aspectos, é ajuste de maldade, sim, pois tira direito dos trabalhadores, sim, sacrifica os menores, sim. Mas, agora no caso dos cortes orçamentários, foi assustador.

Eu até ouvi Deputado dizer que há quem espere mais. Eu até esperava mais, no sentido de o Governo cortar na própria carne, cortar, por exemplo, nos cargos comissionados. Nós estamos falando aqui da importância de nomear os concursados do Banco Central, os concursados de áreas essenciais, como a área da arrecadação, do próprio Ministério da Fazenda, mas não se cuida dos concursados. Aí vai uma pergunta: por que o Governo não cortou ou reduziu nenhum Ministério?

O Governo chegou a reduzir o orçamento do Ministério da Pesca em percentuais que passam de 50%, na parte de investimento. Com o Ministério do



Turismo, foi a mesma coisa. Por que não faz o enxugamento dos Ministérios, por que não racionaliza a máquina pública? O que mais dói é que o Governo cortou, no Ministério das Cidades — estão aí os prefeitos hoje —, onde estão os investimentos em parceria com os Municípios, já que o Governo Federal é quem mais arrecada — os Municípios estão sem capacidade de investimento —, cortou 16 bilhões, isso num país que se diz Pátria Educadora, cortou praticamente 10 bilhões da educação. É assustador.

O senhor chegou a fazer a referência de que, em algumas áreas que o Governo considera prioritárias, nós teríamos a manutenção dos investimentos, inclusive a educação, dizendo que esse patamar se manteria igual. De fato, o gráfico que o senhor fez está aqui: seria algo em torno de 39 bilhões e manteria os 39 bilhões. No entanto, Ministro, o senhor mesmo reconhece uma inflação acima de 8%. O fato é que nós estamos encolhendo, nós estamos diminuindo a capacidade de investimento na educação.

A Pátria Educadora está cortando investimentos na educação, e nós já estamos vendo isso lá na ponta, não só no FIES, que é um empréstimo, mas também nas universidades.

Eu não acho admissível que o Governo insista. Eu acho que todo Governo tem que ter uma base de apoio, é legítimo, é para a governabilidade. Mas é duro essa turma que faz base de apoio dizer amém e concordar que se reduza investimento na educação e na saúde.

Nós acabamos de aprovar o Plano Decenal de Educação, com a meta de chegarmos a 7% do PIB nos primeiros 5 anos e 10% do PIB ao longo dos 10 anos do Plano. Temos que começar a aumentar, e não cortar, os investimentos. No meu entendimento, o razoável é começar a aumentar já no primeiro ano, para alcançar a meta, mas, na prática, nós estamos diminuindo.

Portanto, Ministro, eu acredito que nós não podemos dizer amém. Trata-se de algo em que ainda há uma deformação na nossa democracia. Talvez o principal papel do Parlamento e, sem dúvida, desta Comissão seja acompanhar a elaboração da Lei Orçamentária, da LDO e do PPA, e também acompanhar e fiscalizar a sua execução.



Nós aprovamos um orçamento e, na parte de investimento e de despesa discricionária, nós temos um corte, por decreto, de praticamente 50% do que se propunha a fazer, de maneira autocrática.

Eu acho que, no mínimo, nós temos que agir de forma construtiva, respeitosa, como eu disse no início da minha fala. Admito que o estou fazendo de maneira veemente. Estou fazendo de maneira veemente, porque tenho absoluta convicção de que este é o sentimento dos professores que estão nas universidades, é o sentimento das pessoas que estão na ponta, na área da saúde, em desespero ao verem cortar investimentos da saúde e da educação, de maneira autocrática, por decreto. Se fosse para votar aqui, eu acho que não passaria, nós iríamos querer cortar em outras áreas.

Depois disso, eu entro, objetivamente, nas minhas perguntas, que vão de encontro ao inconformismo de não aceitar por que se tem de cortar desse jeito.

Para começar, onde o Governo vai diminuir nos seus cargos comissionados? O Brasil tem pelo menos umas cem, aliás, muito mais do que cem vezes, mil, sei lá quantos mil por cento mais cargos comissionados do que todas as grandes economias do mundo, como os Estados Unidos e a Alemanha. O Brasil é a máquina do empreguismo sem concurso público. Há notícias de que o Governo tem mais de 200 mil cargos comissionados, ou contratados sem concurso. O que o Governo vai fazer para diminuir objetivamente essa quantidade de cargos comissionados e de Ministérios, hoje algo próximo de 40 Ministérios.

Há uma segunda coisa, Ministro, que acho que impactaria em muitos bilhões, há quem diga que equivaleria a todo o sacrifício que recai sobre viúva e boa parte de trabalhadores com cortes. O PT está fazendo propaganda de que não corta direito, mas nós vamos ver trabalhadores requererem o seguro-desemprego e ouvirem: *“Não, você não tem direito.”* Nós vamos ver uma turma querendo recebe o abono salarial e ouvir: *“Não, você não tem direito ao PIS/PASEP, não, porque se cortou de parte dos trabalhadores.”*

Eu quero saber por que aumentar 1%, de uma canetada, no juro, num país que está em um processo de recessão, que está com crescimento negativo, um país que teve queda na venda de automóveis, de eletrodomésticos, queda no comércio, queda nas exportações... Nós estamos em um processo recessivo. Aí, o remédio...



Parece até que nós estamos tendo um problema de inflação por excesso de consumo. E não, nós temos inflação por uma série de outros fatores, mas seguramente não é por excesso de consumo. Tira-se crédito, aumenta 1%. E, quando aumenta 1%, quem mais paga é o Governo. Só de aumento de despesa... E olha que o Governo este ano vai pagar 225 bilhões de juros. Já pagou até agora 94 bilhões de juros. São as informações que chegaram para mim aqui. Então, esses bilhões e bilhões de juros obviamente vão aumentar numa escala, também, de bilhões, na medida em que, em uma decisão do COPOM, a SELIC, que já estava alta, subiu.

Então, uma das minhas indagações seria: não é um equívoco? O Governo teria que mudar a sua macroeconomia? Isso porque, quando aumenta o juro, além de a sua própria despesa aumentar, dificulta a vida de quem empreende.

E a última pergunta é em relação à redução dos subsídios ao setor privado, principalmente a alguns privilegiados, grandes grupos, governos internacionais, no BNDES. E o BNDES vira essa caixa-preta.

Eu pergunto: o senhor não acha que o BNDES tem que... A própria Divinópolis tem um hospital que paga juros reais, dá lucro para a Caixa Econômica, em vez de ter um juro no BNDES, e sabemos que ele empresta bem abaixo da inflação para algumas grandes multinacionais. Então, por que o BNDES empresta bem abaixo do que o Governo capta no mercado com a SELIC, aumentando esse rombo?

Então, BNDES, juro alto e corte nos cargos comissionados, na minha opinião, Ministro, eu acho que evitaria o corte na saúde, na educação e até na infraestrutura das cidades. Este é o apelo que eu faço sob a forma de pergunta: não poderíamos cortar os cargos comissionados, reduzir o juro e ter mais transparência, cortando os subsídios que o BNDES está dando para o setor privado? Deveria, no meu entendimento, dar subsídios para as Santas Casas, para quem realmente serve o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Estamos no adiantado da hora, e daqui a pouco começa a Ordem do Dia, com a votação da reforma política, e nós todos teremos que estar presentes lá no plenário. Também o Ministro já alongou a sua permanência conosco nesta Comissão além do que deveria. Portanto, eu vou



pedir aos nobres pares desta Comissão que observem o prazo de 3 minutos para cada um. Nós ainda temos mais seis inscritos. Se alongarmos demais, vamos prejudicar aqueles que ficarem para depois, porque, quando começar a Ordem do Dia, nós vamos ter que encerrar aqui os nossos trabalhos.

Quero passar a palavra agora para a Deputada Geovania de Sá, que dispõe de 3 minutos para as suas considerações.

A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ - Obrigada, Sr. Presidente. Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Ministro Nelson Barbosa e nobres colegas Parlamentares!

Farei rapidamente as minhas perguntas, e faço coro com o que foi perguntado pelo Senador e pelo Deputado Izalci em relação ao concurso. Em audiência pública de minha autoria e do Deputado Daniel realizada nesta Casa, nós buscávamos uma resposta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão — MPOG e da Casa Civil em relação aos concursados, algo que nos preocupa, porque a validade desse concurso é até dia 27 de setembro deste ano. O Aviso nº 49, do Presidente Tombini, que esteve nesta Casa ontem também, solicita a nomeação de, no mínimo, 458 concursados. E foi feito um investimento altíssimo na capacitação de 1.035 aprovados no concurso. O que eu gostaria de saber — V.Exa. já respondeu, dizendo que serão chamados — é quantos serão chamados desses que foram solicitados no Aviso nº 49. E V.Exa. falou que, nos próximos dias e meses, serão chamados. Então, a minha pergunta é direcionada ao quantitativo.

Eu faço coro com o Deputado Domingos Sávio, que coloca aqui muito bem que o Governo não reduz os Ministérios, não reduz os cargos comissionados e, num órgão tão importante como o Banco Central, que tem uma defasagem de quase 38% no quadro de pessoal, não se convoca os concursados. Então, eu gostaria exatamente de saber o quantitativo.

Outra pergunta, Sr. Ministro, é sobre o Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Com a alegação de que iria alavancar a economia, o Governo vem, há alguns anos, promovendo sucessivas desonerações nos impostos que incidem sobre certos setores da economia e vem reduzindo algumas alíquotas de impostos que compõem a base de cálculo do Fundo de Participação. Com isso reduzem sucessivamente os valores repassados a esses entes. Por que o Governo não reduz o valor das contribuições em vez de reduzir o valor dos impostos



que influenciam enormemente no valor do repasse do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios?

E a última pergunta: o senhor não acha que o Governo está fazendo reverência com chapéu alheio?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigada, Deputada Geovania de Sá.

Passo agora a palavra ao Deputado Leo de Brito, para as suas considerações.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, queria cumprimentar as Sras. Deputados e os Srs. Deputados, o Ministro Nelson Barbosa, a quem agradeço a presença aqui nesta audiência. Cumprimento V.Exa, Ministro, porque sei que é um momento de muita dificuldade — e todo o País tem que reconhecer isso —, e nós, Deputados e Senadores, votamos os ajustes, e coube essencialmente a V.Exa. fazer esse trabalho muito importante de contingenciamento.

Eu sou uma das pessoas que acredita que esse ajuste é necessário e que, depois desse momento de grande dificuldade, a economia do Brasil vai voltar a crescer e nós vamos poder recuperar cada vez mais a capacidade de investimento, de crescimento, com um projeto de crescimento econômico com inclusão social, com programas tão importantes como são os programas que foram implementados nos últimos 12 anos, nos Governos Lula e Dilma.

E vejo que, mesmo com todas essas dificuldades, V.Exa. conseguiu fazer um ajuste, um contingenciamento, mesmo sendo de 70 bilhões, mas com equilíbrio. Foi um ajuste não linear e que preservou áreas prioritárias, que eu considero que sejam importantes para o nosso País, na perspectiva, inclusive, de melhorar a qualidade do gasto público.

Não concordo com alguns posicionamentos colocados aqui em relação ao FIES. O FIES é um programa muito importante, que eu apoio integralmente, mas que talvez não tenha tido a regulação do ponto de vista dos gastos que deveriam ser feitos. O senhor já citou o abuso, por exemplo, do aumento das mensalidades e também da necessidade de uma melhor qualificação do ponto de vista do acesso ao FIES.



E quero apresentar aqui uma preocupação, e gostaria de ouvir a sua opinião, por exemplo, sobre a importância de se incluir outros fatores, do ponto de vista da receita, nesse momento de ajuste, como o imposto sobre grandes fortunas e o aumento da alíquota na questão das heranças, que pode ser também um elemento importante de acesso à receita, o que seria importante na questão do ajuste.

E quero apresentar uma preocupação em relação ao Plano Nacional de Educação. Eu hoje faço parte da Comissão de Educação. Sou Presidente da Subcomissão que está fazendo o acompanhamento da execução do Plano Nacional de Educação. Como foi dito aqui, nós temos 20 metas ousadas, e nós temos a grande preocupação de que o Plano Nacional de Educação esteja contemplado no PPA, cujo Relator, Deputado Zeca Dirceu. E esperamos que ele possa se efetivar do ponto de vista da execução orçamentária. Eu queria que o senhor fizesse um comentário sobre isso.

Por fim, crendo que este ano vai ser, de fato, de grandes dificuldades, e digamos, atípico, eu queria que o senhor falasse um pouco sobre as perspectivas futuras em relação à execução orçamentária e àqueles programas que, digamos assim, foram aprovados pela população no ano de 2014, com a reeleição da Presidenta Dilma, e existe um programa de Governo que tem que ser executado até 2018.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Leo de Brito.

Tendo em vista o adiantado da hora e de já ter começado a Ordem do Dia, se o Ministro permitir — faltam mais três Deputados para se manifestarem —, antes eu queria, Sr. Ministro, tratar de um tema recorrente aqui na Casa, que está em votação na Comissão de Constituição e Justiça, uma proposta de emenda constitucional. O Deputado Domingos Sávio já abordou aqui a questão do inchaço de Ministérios da máquina pública. Portanto, queria passar às suas mãos, como uma contribuição da Comissão de Orçamento e uma contribuição do nosso partido, uma indicação que fiz ao Poder Executivo no sentido de fazer uma redução no número de Ministérios, de 39 para 23. Essa proposta é de minha autoria, está aqui com o devido detalhamento, e estou à disposição para seguirmos conversando a esse respeito.



Acho que o Governo precisa dar sinais muito fortes em direção a esse ajuste fiscal. Fizemos cortes no orçamento. É uma sinalização, mas são sinalizações ambíguas, porque tivemos medidas provisórias que vieram para cortar, mas ao mesmo tempo tivemos algumas que vieram para dar mais subsídios do BNDES para financiamentos, ou seja, aumenta, em tese, o gasto público.

Então, acho que o Governo precisa sinalizar muito forte, e uma das sinalizações para a sociedade seria exatamente cortar o número de Ministérios.

Passo a palavra agora ao Deputado Alfredo Kaefer, para suas considerações, por três minutos.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Boa tarde a todos! Cumprimento o Ministro Nelson Barbosa e o indago, de pronto: o Ministério tem de um plano B, C ou D, se nada ou pouco daquilo que está em curso vai se realizar? Nas primeiras vezes em que estive aqui o Ministro Levy, eu disse para ele: *“Sem, de longe, sabermos o resultado da MPs 665, 664 e 668 e do PL 863, boa parte disso não iria se concretizar.”*

De forma especial, cito o PL 863. Eu sou radicalmente contra reduzir ou inverter as desonerações de folha, porque a desoneração da folha não é um projeto de Governo. Foi um projeto de Estado, dos poucos em que a Oposição se uniu ao Governo, e a quatro mãos foi construído. Isso reduz o custo do emprego e eleva a competitividade. E retirar essa prerrogativa hoje é quebrar o contrato, é dar insegurança jurídica à empresa que se planejou em cima disso.

Então, eu acredito que a desoneração da folha de longe será aquilo que o Governo está pretendendo. Então, qual seria o plano C, digamos, porque o Governo aumentou da CSLL e o Imposto de Renda dos bancos. E no momento em que ocorre a Marcha dos Prefeitos, em que eles estão aqui pedindo mais recursos, nós poderíamos ter esse aumento de 5% no Imposto de Renda, que é um tributo partilhável com Estados e Municípios. Mas o Governo optou por aumentar a taxa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL, que é indivisível e não compartilhável com Estados e Municípios.

Eu falo também dos restos a pagar. Agora há pouco, a Casa Civil elaborou um decreto que prorroga por 60 dias os restos a pagar. Mas se nós tivermos o corte de 70 bilhões, onde é que nós vamos encaixar os restos a pagar no Orçamento de



2015? Ou vamos criar um novo bolo? Paga-se parte dos restos a pagar em 2015, ou vamos fazer um colchão para frente? Como isso vai ser administrado?

Hoje de manhã veio o Secretário Rachid. E nominalmente, no primeiro quadrimestre de 2015, em relação a 2014, nós não tivemos queda de receita nominal. Então, eu vejo o Governo bradando: *“Olha, caiu a receita, caiu a receita!”* Mas nominalmente isso não aconteceu. Então, onde é que está o desequilíbrio orçamentário?.

Outra pergunta: como virá, então, o orçamento real e não fictício do Orçamento de 2016? Qual é a linha que o Governo vai adotar para levar ao Congresso, então, um orçamento realista? Se nós vamos ter cortes de gastos, por exemplo, nos Poderes instituídos, primeiramente no Poder Executivo e eventualmente até no Legislativo e no Judiciário, como é que vai ser elaborado isso?

E a última pergunta é sobre o plano de concessões e privatizações. O Governo do PT, da Dilma e também do Lula, é de uma linha trabalhista social e optou para que as concessões fossem alocadas no sentido de menor preço. E isso é algo que não combina com o capitalismo, com o princípio liberal de mercado. E os senhores, Nelson Machado e Levy, são de uma escola liberal, que principia pela iniciativa privada.

Como é que a gente vai conciliar isso se nós, dentro dessa linha, vamos ter concessões realmente que privilegiam o retorno do capital investido? Ou nós vamos continuar pelo menor preço, porque provavelmente as concessões não terão êxito? E, dentro dessa linha, como o senhor veria a situação de partilha e concessão? O senhor trabalharia para voltarmos ao modelo de concessão da lei do petróleo e gás e não do sistema de partilha, que se mostrou totalmente inadequado, induzindo a PETROBRAS a fazer investimentos que efetivamente ela não tem?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Alfredo Kaefer.

Passo agora a palavra ao Deputado Elmar Nascimento, penúltimo inscrito, para as suas considerações. Peço, na medida do possível, que se limite aos 3 minutos, porque já teve início a Ordem do Dia.



O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Sr. Presidente, Sr. Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, eu quero inicialmente me associar às palavras do Deputado Domingos Sávio, referendada por V.Exa., Presidente, aqui.

Eu sou membro da Oposição, do Partido Democratas, e votei a favor do ajuste fiscal, porque a aposta no contra é pior para o nosso País. Mas votei absolutamente constrangido, como que tivesse com a faca no pescoço, porque não vejo o Governo com autoridade para exigir sacrifício da sociedade, sobretudo por uma coisa que pode até não representar, ponto de vista financeiro, muita coisa.

Mas um governo que tem 39 Ministérios e milhares de cargos comissionados não tem o direito de vir pedir sacrifício para os mais pobres. E nós, que não apostamos no quanto pior, melhor, e que sabemos que este é um Governo de continuidade, que se manteve no poder na base da chantagem e do estelionato eleitoral, ficamos indignados com o que estamos vendo nesses últimos tempos.

Mas eu quero me referir hoje à pedalada fiscal ou maquiagem fiscal, como queiram melhor tratar. O senhor, na última audiência em que estive nesta Casa, concordou com as observações da Oposição de que houve, entre 2013 e 2014, um claro padrão de atraso recorrente nos repasses dos recursos do Tesouro para os bancos públicos. Segundo o senhor, a discussão deveria ser baseada eventualmente em não fazer isso mais daqui para frente. Esse posicionamento vai de encontro com as declarações do Ministro José Eduardo Cardozo e do Ministro Luís Inácio Adams, de que o que está sendo observado agora não é algo fora do acordo e “sempre existiu” — entre aspas.

Pergunto: o senhor mantém a sua declaração? O senhor confirma que o que está sendo observado é algo extraordinário? Outros Governos sempre atrasaram recursos de forma tão acintosa aos bancos públicos? Quarenta bilhões de dívidas não contabilizadas é algo que sempre existiu ou trata-se de uma inovação do Governo atual?

Segundo: o senhor, na condição de ex-Ministro da Fazenda interino, é um dos gestores convocados pelo TCU para prestar esclarecimentos sobre as pedaladas envolvendo os empréstimos da Caixa Econômica à União. Quando indagado pelo TCU, o senhor afirmará que essa prática de atraso consistente de repasses é algo normal? Afirmará que não houve nada de errado?



Terceiro: no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento, no segundo semestre de 2009 ao primeiro semestre de 2014, verificam-se saldos a pagar em números e períodos de equalização que totalizam no período 19,6 bilhões. Em decorrência das Portarias nºs 122 e 357, de 2012, do Ministério da Fazenda, o Tesouro Nacional se compromete a pagar ao BNDES, com a devida atualização, com carência de 24 meses — pasmem! —, os valores devidos sobre a modalidade de equalização de taxas de juros referentes a operações contratadas a partir de 16 de abril de 2012.

No caso específico do PSI, o Governo pega empréstimo e, se valendo de seu poder regulamentar, escolhe quando e como vai pagar: 24 meses após. O senhor não considera demasiado defender a tese do Governo de que não existe claro financiamento da União por meios dos bancos públicos? Como defender que meros 19 bilhões atrasados no âmbito do PSI pode ser considerada uma situação operacional “normal” — entre aspas — que sempre existiu e não a vigorosa pedalada? Devo lembrar que a Portaria nº 357, de /2012, mencionada na pergunta, foi assinada por V.Exa., ocupando a época o cargo de Ministro Interino da Fazenda, portanto respondendo diretamente pelo ato.

E por último, Ministro, apenas para concluir, nós Deputados de primeiro mandato fizemos um acordo com o Governo, por intermédio do então Relator-Geral do Orçamento, Senador Romero Jucá, pelo qual foram acolhidas emendas de nossa autoria da ordem de 10 milhões de reais, emendas individuais. Não dá para visualizar no decreto de contingenciamento que tipo de tratamento terão essas emendas, qual tipo de corte sofrerão. É claro que serão contingenciadas, mas será o mesmo valor das emendas dos Deputados que tiveram a oportunidade de participar da elaboração do Orçamento desde o início, ou serão contingências apenas as que nós votamos no plenário e fizemos essa interferência? Afinal de contas, são 240 novos Deputados. E é claro que há os compromissos assumidos com as nossas bases, a partir de um compromisso que fez conosco o Governo e o Relator-Geral do Orçamento, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigada, Deputado.



Passo agora a palavra à Deputada Dorinha Seabra, nossa última oradora inscrita, pelo prazo de 3 minutos. Em seguida o Sr. Ministro dará as respostas aos últimos oradores.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu gostaria de iniciar com uma fala, Ministro, do meu lamento com relação à educação. A Presidente Dilma, no seu primeiro Governo, fez o compromisso de chegar a 7% do PIB. O Plano Nacional foi votado e nós temos um compromisso com a Nação de chegar a 7% nos primeiros anos e depois chegar até 10%. A minha preocupação é que, no orçamento que ficou liberado para o Ministério da Educação, existem perdas concretas em programas importantes, como o PRONATEC, o Ciência sem Fronteiras, o próprio FIES. Hoje o Supremo julgou que as condicionantes que o Ministério da Educação estabeleceu só poderão ser usadas para os novos contratos. Então, aos muitos dos que tinham contratos e que ficaram condicionados às novas regras, não vão poder ser aplicadas. Então, essa é uma das preocupações.

As universidades públicas estão passando, talvez, pelo pior período de crise; os hospitais universitários encontram-se sem medicamentos e sem estrutura. As obras iniciadas — eu sou do Estado de Tocantins — em pelo menos dez cidades, pois é uma instituição com vários *campi*, estão com as obras paralisadas. As escolas em construção no Brasil estão paradas, desde outubro os Prefeitos não recebem as parcelas das obras iniciadas. Então, qual é a perspectiva que nós temos para a Pátria Educadora?

O Ministro Mangabeira Unger esteve aqui e tem uma série de propostas e projetos extremamente interessantes — é lógico que o País fica honrado com um Governo que assume um lema dessa natureza —, mas ao mesmo tempo a nossa preocupação é saber como o Ministério da Educação conseguirá manter, com um orçamento com grande defasagem, tudo o que já vinha fazendo, e nem estou dizendo das situações novas.

O PAR, instrumento que é utilizado para financiamento na área da educação, não foi reaberto para os novos Governos Estaduais. O Ministério da Educação vem ganhando tempo, adiando, mas ele vai ter que abrir. O compromisso era para o mês de dezembro, depois passaram março, junho. Quando é que ele vai ser aberto para uma única lógica de financiamento?



Eu gostaria de fazer uma pergunta fora da área da educação, em relação à minha preocupação com os cortes da saúde. Nós fizemos um acordo nesta Comissão no ano passado, e todos nós, Deputados, colocamos 50% das nossas emendas para a saúde. O corte efetuado, pelo menos o contingenciamento, vai tornar inviável em grande parte o próprio orçamento da saúde. O que o Ministro pensa em relação a essa questão?

E finalizando, em várias Prefeituras as emendas de 2013 estão o.k., estão na Caixa Econômica esperando a liberação do financeiro. Elas não estão em débito quanto aos projetos, não estão enquadradas em cláusula suspensiva, estão simplesmente esperando o financeiro para que as obras sejam iniciadas. Ou seja, as nossas emendas já são cortadas e as poucas que chegam à Caixa Econômica em condição de execução estão aguardando, e correm o risco, inclusive, de serem canceladas. Eu gostaria de saber qual é a posição oficial do Ministro e do Governo em relação a essa questão dos Municípios.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ministro, V.Exa. tem a palavra.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Obrigado.

Começando pela ordem do que foi apresentado, o Deputado Domingos Sávio perguntou sobre a questão dos cargos comissionados. Gostaria aqui só de esclarecer a diferença. Há cargos de chefia, cargos de comissão, que podem chegar a algo próximo de até 190, 200 mil, nisso se incluem funções gratificadas e funções comissionadas que só podem ser ocupadas por funcionários públicos.

Cargos comissionados: segundo o último dado publicado na página do Ministério de Planejamento, no boletim de recursos humanos, nós temos 22.926 cargos comissionados, chamados DAS. Desses cargos, por decreto, 74% são ocupados por funcionários públicos. Então, a maior parte é de funcionários públicos. Ou seja, nós teríamos cerca de 5 a 6 mil cargos que não são ocupados por funcionários públicos.

Eu faço essa observação, Exa., porque o Senador Reguffe, em outro momento, até colocou isso, comparando o total de cargos que o Brasil tem com o da Alemanha e de outros países. Acho que o correto é pegar esses cargos que não são



ocupados por funcionários de carreira, algo em torno de 5, 6 mil pessoas da administração pública federal.

O número a que o senhor se refere, quase 200 mil, são funções gratificadas, são funções de comissionados. Por exemplo, eu sou professor da UFRJ, você vai ocupar um cargo e você tem uma função gratificada quando você é chefe de departamento. É esse tipo de coisa, são cargos de pessoas concursadas.

Quanto à questão dos Ministérios, eu aproveito para responder também o que foi colocado pelo Deputado Jaime: sobre a criação dos Ministérios, na sua maior parte transformaram-se em Secretarias já existentes em Ministérios. Então, isso implica em um gasto adicional muito pequeno para a União. Significa o gasto de montar uma estrutura, basicamente é um gabinete de Ministro nessas áreas. É um gasto pequeno, porque o Governo optou por incorrer para dar o destaque e a importância necessários a algumas áreas, por exemplo, direito das mulheres, igualdade racial. Foi para dar importância às áreas de aviação civil e portos, que antes eram Secretarias do Ministério dos Transportes. Por isso, não faz parte das iniciativas do Governo revisar essa estrutura administrativa.

Mas o Deputado Jaime fez uma proposta. Acredito que vou encaminhar essa proposta ao Ministro Mercadante, apresentar a ele e também à liderança política para sua devida análise. Quero destacar que o Deputado não só fez uma proposta, como também listou aqui quais seriam os Ministérios, dando uma sugestão bem detalhada.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Muitos já retornaram às Secretarias e aos Ministérios de origem. Há algumas áreas em que, talvez, não se justifique se transformar em Ministério. É toda uma munção para uma discussão pública. Eu acho que essa redução seria um gesto para com o mercado.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Essa discussão, é como eu falei, não faz parte... Nós achamos importante a atual estrutura administrativa. Só quero mencionar aqui que o Deputado não só está propondo uma redução, como também está dizendo onde reduzir. É uma sugestão que é a primeira vez que estou ouvindo.

Voltando ao Deputado Domingos Sávio, que tem outra pergunta importante. A questão da SELIC. Elevar a SELIC hoje infelizmente é um remédio necessário para trazer a inflação de volta à meta, lembrando que a inflação também subiu. Se a



SELIC subiu, a inflação também subiu. A expectativa de inflação do mercado para este ano está em mais de 8%. Então, isso exige uma ação preventiva por parte do Banco Central. O Banco Central tem autonomia para definir até onde ele vai, e essa ação procura evitar que esse aumento temporário de inflação em 2015 se propague nos próximos anos. Tanto é assim que a expectativa de inflação para este ano subiu, mas a expectativa de inflação para os próximos anos caiu.

Então, esse é um ciclo de política monetária que nós esperamos que seja temporário, e, à medida que o crescimento se recupere e a produtividade volte a crescer mais rapidamente, vai ser possível voltar a reduzir os juros. Mas, neste momento, para combater os efeitos secundários desse aumento de inflação, o Banco Central achou necessário aumentar a SELIC. E o Governo tem por política deixar essa decisão para o Banco Central, que tem autonomia operacional para decidir.

Quanto à questão dos subsídios, o Governo tem reduzido os subsídios do BNDES. Lembro que uma das coisas que foram já anunciadas no final do ano passado é a decisão de não fazer novos aportes ao BNDES. Então, esse custo a que V.Exa. se refere tende a se reduzir. Também foi ajustada a TJLP, foi reduzido o subsídio do PSI, que antes tinham taxas entre 4% e 5% e hoje estão com taxas em torno de 9%.

Agora esse é um processo lento, Excelência. Ele tem que ser feito lentamente, até para não afetar muito fortemente o investimento. Foi feito um grande esforço de aumento do financiamento via BNDES para combater os efeitos imediatos da crise de 2008 e 2011. E esse esforço tem que ser feito agora, tem que ser adequado à nova realidade também de forma gradual. Todos os países do mundo estão fazendo isso. Lembrem-se dos Estados Unidos, de todo aquele debate do *tapering*, da retirada gradual de estímulos. Todos os países estão retirando seus estímulos numa velocidade que acham condizente com o melhor funcionamento da economia.

Deputada Geovania de Sá pergunta sobre a questão dos concursos. Como eu falei, a questão dos concursos do BC está na nossa lista. Nossa prioridade são as pessoas que já fizeram concurso, mas que ainda não foram chamadas. Em alguns casos, é uma decisão discricionária do Governo chamar um excedente. Acho que o



Banco Central está neste caso. Neste momento, não tenho o número. Nós estamos avaliando isso porque existem outras carreiras nessa situação. Nós estamos definindo o volume que vamos chamar do Banco Central em conjunto com outras carreiras que estão na mesma situação como, por exemplo, a da Receita Federal e de outras carreiras que também têm necessidade até de reposição. Esse ingresso na verdade vai repor pessoas que se aposentaram. Não é um aumento do número de efetivo. Neste momento, esse número não está definido, esperamos defini-lo até o final de junho. Nós estamos cientes de todos esses prazos que V.Exa. mencionou.

O Deputado Leo de Brito fez comentários sobre o FIES que basicamente foram na mesma direção que tínhamos colocado. Agradeço o apoio.

Na questão das receitas, como eu falei, nós estamos trabalhando neste momento com os impostos já existentes, principalmente com revisão de desoneração. O imposto sobre heranças no Brasil é de responsabilidade estadual e municipal, não é imposto sobre grandes fortunas, e, se regulamentado, é de competência federal. O que se tem nesse debate é uma iniciativa que já foi proposta pelas centrais sindicais e também por vários Parlamentares. O que a experiência indica — e eu já me pronunciei sobre isso e o Ministério da Fazenda também — é que, onde há imposto sobre ativos, digamos assim, onde isso funciona, ele se dá sobre a transmissão dos ativos, sobre a herança ou transmissão intervivos, não sobre grandes fortunas. Os países que normalmente adotam imposto sobre grandes fortunas acabam gerando incentivo para evasão de capital. Quando se dá sobre herança, Estados Unidos, Inglaterra, acho que já eles têm isso há muito tempo. No Brasil, isso é de competência estadual e municipal. Então, acho que esta é uma iniciativa mais federativa do que uma iniciativa por parte da União.

Quanto às perspectivas futuras e aos planos prioritários, como eu tinha colocado, o contingenciamento é uma das medidas de um esforço de reequilíbrio fiscal de um programa de 4 anos. Então, ele é, apesar de seus efeitos restritivos no curto prazo, absolutamente necessário para recuperar as finanças públicas do País e viabilizar que o crescimento volte mais rapidamente.

E nós temos procurado manter os programas prioritários. Continua o Bolsa Família, continua o Minha Casa, Minha Vida, continua o FIES, com novas condições, continua o PRONATEC, vai ser intensificado o Plano Nacional de Banda Larga.



Quanto à integração do São Francisco, a nossa expectativa, com esses recursos que nós estamos disponibilizando, é a de que seja possível concluir as principais obras até o primeiro semestre de 2017. O programa de concessões de infraestrutura vai ser lançado, nós trabalhamos por isso, em duas semanas. Então, essas prioridades continuam.

Por isso, eu falei que não há uma mudança de direção, mas uma adequação da velocidade, há um contorno na estrada que temos pela frente, agora, a direção continua a mesma. O que resume todas essas iniciativas é esse processo de desenvolvimento e crescimento com inclusão social. E agora nós estamos numa fase em que nós temos que preservar as conquistas dos últimos anos, adaptando esses programas à nova realidade demográfica e social do Brasil e avançando para outras áreas, com inclusão social, além da transferência de renda, inclusão social em que se gera oportunidade para as pessoas e para as empresas poderem melhorar, investir e progredir pelos seus próprios meios.

É nessa fase que nós estamos justamente porque nós já combatemos bastante a fase maior de desigualdade. Agora, temos que preservar as conquistas que nós tivemos e avançar em outras.

Deputado Alfredo Kaefer pergunta qual o plano B, C, D, E, Z. Por isso que há decreto de programação — respondendo à sua pergunta —, reuniões periódicas do Banco Central, decreto de programação orçamentária de 2 meses em 2 meses, para que o Governo possa se ir ajustando as suas decisões à evolução da economia, às decisões de V.Exas. sobre as nossas propostas.

Então, o plano é o que está no decreto de programação orçamentária, um decreto que tem projeções, a nosso ver, consistente de receita, que envolve um esforço de arrecadação por parte do Governo, o esforço também de fazer operações com ativos de concessões, mas é um plano consistente. E esse plano, como manda a própria LRF, ele é revisado, ele é atualizado de 2 em 2 meses, e é nesse momento que a gente transmite novas decisões. O plano está delineado, os cortes estão definidos por Ministério. Agora, a alocação dentro dos Ministérios vai ser objeto, obviamente, da decisão de cada Ministro, com auxílio nosso nas áreas do PAC, porque nós também trabalhamos nessa coordenação.



Sobre por que elevar a CSLL e não o Imposto de Renda, temos que lembrar que a diferença fundamental nesse caso não é só que um não é partilhado e a outra é partilhada, porque há também a questão da noventena. Como se tem a necessidade de um esforço de arrecadação maior neste ano, optou-se pela CSLL neste momento. Mas, obviamente, a MP está no Congresso, para ser avaliada por V.Exa. e pelos demais Parlamentares.

A questão dos restos a pagar também foi mencionada por outros Parlamentares. O decreto de restos a pagar que nós fizemos no início do ano procura dar maior previsibilidade e transparência aos restos a pagar. Nós pegamos o estoque de restos a pagar não processados, ou seja, daqueles que não foram medidos — não há medição, não há o gasto, ele está ali para preservar aquele projeto. Havia restos a pagar desde 2011, em valor pequeno, mas desde 2011. Então, até para melhor gestão pública, nós estabelecemos no decreto que os Ministérios setoriais têm até o dia 30 de junho para, ou executar a despesa, e aí os restos a pagar estão executados, não há nenhum problema; ou, se a despesa não for executada até o dia 30 de junho e os restos a pagar têm mais de 2 anos, que os Ministérios têm que justificar, explicar para a área econômica — Casa Civil, Fazenda, Planejamento, Junta de Execução Orçamentária — quando que eles esperam executar aqueles restos a pagar. Não é que o não foi executado esteja cancelado. Se o que não foi executado tem, digamos, mais de 2 ou 3 anos, o Ministério tem que dar uma justificativa, tem que dizer por que não foi executado, tem que dizer se houve um problema ambiental, um problema jurídico, se a obra não é mais prioritária e quando espera executar essa despesa. É esse o espírito do decreto. E foi pedida por vários Parlamentares a prorrogação desse prazo. Esse prazo vai ser prorrogado. Já fizemos o decreto. Ele deve sair nos próximos dias. Não sei se já não saiu hoje. Esse decreto tinha sido processado na semana passada. Essa é a lógica do decreto. Não se trata necessariamente de um dia cancelar, derrubar os restos a pagar, e sim de dar mais transparência ao processo. Se uma obra ou investimento está em Restos a Pagar há 3 ou 4 anos, queremos saber se ela vai ser executada este ano, quanto, e, se não vai ser executada, por que, para podermos nos programar melhor.



O senhor falou da questão da receita. Não houve queda nominal de receita, mas, em termos reais, a receita caiu bastante, esta é a variável crucial. Eu acho que o desequilíbrio... O ajuste que estamos tentando fazer tem várias formas. Mesmo esse aumento nominal da receita que houve e que V.Exa. mencionou decorre de termos corrigido alguns impostos. Se não tivesse havido correção de algumas desonerações, nem esse aumento nominal teria sido possível neste início de ano.

Uma das necessidades de ajuste é em gastos discricionários, como nós propusemos quando enviamos para cá as MPs dos programas do FAT e dos programas do INSS, e outra é no próprio gasto discricionário. Eu mostrei — não sei se V.Exa. estava presente, mas está na apresentação — que o gasto discricionário estava em cerca de 4,2% do PIB até 2013. Em 2014 ele foi a 4,7% do PIB, o que é um aumento que não é sustentável, então agora nós estamos procurando trazê-lo para o mesmo nível de 2012/2013, para estabilizá-lo. Ou seja, em percentual do PIB, a ideia é voltar ao patamar de 2012/2013 e não repetir o patamar de 2014. E em 2014 esse patamar ficou elevado também em razão da própria redução do crescimento da economia.

Por lei, no momento orçamentário em que estamos, o volume de cortes proporcional que nós fazemos nos nossos gastos discricionários também deve ser seguido pelos demais Poderes. Essa é uma recomendação do Poder Executivo aos demais Poderes, que têm autonomia para decidir sobre esses cortes. A lei estabelece que o corte discricionário proposto pelo Executivo é uma recomendação do Executivo para os demais Poderes, que têm autonomia para decidir a esse respeito.

Quanto às concessões, vou comentar primeiro o caso do petróleo. Nós temos dois modelos. Temos o modelo de concessão, que funciona muito bem para áreas de grande risco exploratório, onde não se sabe se há petróleo ou não. Até em razão do maior risco, há nesse modelo menos regulação e um ganho maior é proporcionado a quem optar por aquela área.

O modelo de partilha foi pensado basicamente para as áreas do pré-sal, para as áreas nas quais haja indicativo de se encontrar petróleo, seja de acordo com estudos da PETROBRAS, seja com base em estudos feitos pela ANP. O risco exploratório dessa área é muito pequeno.



Eu acho que é possível combinar as duas coisas. O Governo já está preparando uma nova rodada de licitação de petróleo, na modalidade concessão, em áreas fora do pré-sal. Eu acho que os dois modelos podem conviver, cada um sendo adotado de acordo com a característica da área a ser explorada.

No que se refere às concessões, em algumas áreas, principalmente rodovias, o modelo de leilão é por menor tarifa: ganha quem oferecer a menor tarifa. Essa menor tarifa é calculada com base em parâmetros de mercado, por exemplo, em qual é a demanda e em qual é o investimento — isso reflete em condições de mercado.

Então, assim como estamos promovendo um realinhamento nos preços e nas condições de mercado, em várias áreas, tenha V.Exa. a certeza de que também as condições para as concessões vão estar alinhadas às condições de mercado.

Em outras áreas, o leilão é feito na modalidade outorga: ganha quem paga mais para o Governo — é o caso dos aeroportos e de algumas ferrovias, mas isso ainda está em elaboração.

Deputado Elmar Nascimento, primeiro, eu agradeço o apoio nas MPs. Eu acho importante essa contribuição, esse diálogo entre Oposição e Governo, independentemente da orientação partidária, porque algumas medidas são voltadas para o Estado. Assim sendo, elas vão beneficiar não apenas este Governo, mas também os seguintes. As MPs 664 e 665 promovem uma redução permanente nos gastos discricionários, o que, neste momento, ajuda no esforço fiscal. Elas vão beneficiar não só a atual administração, mas todas as administrações futuras, gerando espaço fiscal para ser utilizado em outras áreas.

Com relação ao TCU, Excelência, primeiro, eu não acho que haja nenhuma incongruência entre o que eu disse e o que disseram os Ministros José Eduardo Cardozo e Luís Inácio Adams. Se eu bem me lembro, na própria coletiva, o Ministro Adams disse, em determinado momento, que essa prática já ocorre há algum tempo e até então não havia sido questionada pelo TCU. Se neste momento o TCU considera que essa não é a prática mais adequada, que se faça como se faz em vários acórdãos: estabeleça-se um procedimento e, daqui em diante, faz-se um ajuste. Nós discutimos isso antes da entrevista. Esse assunto tem sido objeto de análise por parte do Governo.



Então, vou responder detalhadamente, pedindo a permissão de todos para fazê-lo, porque esse é um assunto bem técnico: para mim, nesse assunto, existem diferentes interpretações jurídicas para um mesmo tipo de operação. O TCU está questionando dois tipos de operações que podem se assemelhar a uma operação de crédito, segundo ele considera. Uma delas é um contrato de prestação de serviços segundo o qual o Governo contrata um agente financeiro para realizar um programa — no caso, Bolsa-Família, abono salarial, seguro-desemprego — e um agente financeiro faz o repasse.

No final de 2013 e início de 2014, esse contrato previa a possibilidade de haver fluxo de caixa positivo ou negativo para uma determinada parte, e esse contrato previa o que aconteceria quando esse desequilíbrio de fluxo de caixa ocorresse: haveria uma correção, que eventualmente seria saldada. Esse é o contrato de prestação de serviços, não é contrato de operação de crédito.

Qual é a posição do Governo? Qual é a posição defendida pelo Ministro Cardozo e pelo Ministro Adams, a qual constará das explicações que estamos enviando ao TCU? A de que esse é um contrato de prestação de serviço, não é um contrato de operação de crédito.

Como foi dito pelo Procurador-Geral do Banco Central, Isaac Sidney — que, diga-se de passagem, é a autoridade regulatória para assuntos financeiros no Brasil —, nem todo ativo no sistema financeiro é uma operação de crédito, nem todo contrato no qual eventualmente incidam juros é uma operação de crédito. Exemplo disso é o contrato de aluguel: se alguém atrasa, tem-se lá uma multa; se atrasa por 2, 3 meses, começam a incidir juros sobre aquele valor do atraso. Juridicamente, isso não é contrato de operação de crédito, apesar de haver multa e juros em algum momento.

Então, há uma divergência na interpretação jurídica de contrato de prestação de serviços. O TCU tem a sua opinião, e nós a respeitamos, mas temos opinião diferente. Estamos apresentando as explicações — elas são públicas —, e vão nessa linha qualitativa que eu estou apresentando ao senhor. Não sou advogado. Isso vai estar detalhado no parecer jurídico de todas as autoridades mencionadas nesse processo, que vai ser encaminhado.



No caso da equalização da taxa de juros, outro objeto de questionamento por parte do TCU, em se tratando de um programa orçamentário, ele tem que estar autorizado pelo Congresso Nacional. Normalmente, as leis que a autorizam a equalização têm uma especificação, seja no caso de programas agrícolas, seja no caso de Programa de Sustentação do Investimento — PSI.

Recentemente, foi aprovado, e a Presidente já sancionou, aumento no valor equalizado do PSI de cerca de 50 bilhões de reais. Se eu bem me lembro, está escrito que fica o Governo autorizado a equalizar o montante total de empréstimos até tantos bilhões, nas condições definidas pelo Ministério da Fazenda e regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional. Então, faz parte da equalização de taxas de juros definir o valor da taxa e o prazo de pagamento a ser equalizado. Essa é a posição do Governo.

O prazo em que o Governo ressarcir os bancos também é parte do processo de equalização de taxas de juros, logo, não constitui operação de crédito.

Essa é a argumentação do Governo. Ela foi transmitida pelos Ministros, por ocasião da entrevista e é também o que nós estamos apresentando ao TCU.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Se o mercado fosse assim, Ministro, seria bom. Se todo devedor no mercado pudesse fazer isso, não é?

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - O senhor perguntou sobre as emendas individuais.

Inicialmente, nós estamos informando que não está contingenciado o valor das emendas impositivas. Como essas emendas foram feitas ao Orçamento anterior — há emendas de Deputados do mandato anterior, e alguns desses Deputados não foram reeleitos —, nós estamos em coordenação com o Vice-Presidente Michel Temer e também com a área política do Governo para definir como administrar essa questão, de acordo com o valor disponibilizado.

Normalmente, a partir do segundo semestre, à medida que a situação fiscal vai ficando melhor, é possível também começar a fazer empenho de emendas de novos Deputados, ou dentro desse limite, usando valores que possam não ter sido usados por Deputados que eventualmente não foram eleitos ou usando valores novos. Mas, no momento fiscal em que estamos, o que pode ser disponibilizado é



esse valor das emendas impositivas, como manda a emenda constitucional que V.Exas. aprovaram este ano — eu acho.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Ou seja, ninguém vai receber nada.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Por fim, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende pergunta sobre a questão do MEC.

O fato de o valor ser o mesmo do ponto de vista nominal significa que, em termos reais, que esse valor é menor, já que há inflação. Mas eu queria alertar que esse valor de despesa discricionário do MEC sobe de 33,3 bilhões, em 2013, para 39 bilhões, em 2014. Em 2014, ele subiu 6 bilhões, e agora nós estamos mantendo o mesmo valor.

Nós estamos procurando preservar em especial, obviamente, o custeio de universidades, de hospitais universitários, porque isso é o grande funcionamento.

Quanto à execução de investimentos, assim como nos demais investimentos, vamos procurar adequar o cronograma de execuções à disponibilidade orçamentária. Não é que os programas estejam suspensos. É que a execução de alguns investimentos vai ter que ser adaptada à disponibilidade de recursos.

No caso da saúde, o valor disponibilizado é o valor que constava no projeto de lei orçamentária do Governo, que é cerca de 8% maior do que no ano passado, preservando os principais programas, preservando o que achamos ser essencial. Obviamente, vamos alocar mais recursos na saúde, à medida que a situação permitir.

Em relação ao risco de cancelamento das emendas, como respondido anteriormente, por aquele decreto, na verdade, é para o Ministério explicar restos a pagar que ele eventualmente não tenha conseguido executar até o dia 30 e dizer até quando vai executá-lo. Isso não quer dizer que ele vai cair imediatamente, esse prazo vai ser prorrogado por mais 2 meses.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Ministro, permita-me. Nesse caso das emendas, acho que não é responsabilidade do Ministério responder. Havia um acordo, e ele foi cumprido, para o Parlamentar. O Município fez a parte dele.

Parece que recebemos um cheque sem fundo.



Eu acho que isso não é responsabilidade do Ministério. Se houve liberação de recursos orçamentários para empenho, o dinheiro tem que ser liberado para o Município. Senão, é um cheque em branco, um cheque sem fundo que nós Parlamentares recebemos. O Ministério não tem a responsabilidade de dizer se vai continuar ou não a obra que eu priorizei, que estava dentro da minha cota, que teve um limite orçamentário; o Município tem direito. Se o Município cumpriu a sua parte, cabe ao Governo Federal honrar a sua parte e mandar o dinheiro, para que a obra seja iniciada.

Na minha opinião, é isso. É simples assim.

O SR. MINISTRO NELSON BARBOSA - Eu vou pedir para a secretária colocar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Ministro, adotando o princípio da réplica, eu queria, primeiro, usando este tempo, falar sobre a estratégia que o Governo adotou, como V.Exa. disse, de ampliar Ministérios para demonstrar maior importância de determinadas secretarias. Fica evidente que não há essa consideração, essa importância, quando Ministérios, como o da Pesca, têm uma redução de 80% dos seus investimentos. Eu fico pensando que quem realmente quer um Ministério desses funcionando preferiria dizer: que seja secretaria, mas que não se corte 80%.

Esta é a colocação que a gente faz, que inclusive é feita sob a forma de sugestão ao Governo — argumento não só da oposição, mas também da base do Governo: se está sendo necessário sacrificar tanto, não justifica fazer um gasto extra, como gesto de valorização. Valorização seria não cortar tanto, pelo menos, mas se cortou bem acima da média dos outros. É o caso da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Ela tem *status* de Ministério, trata de políticas para as mulheres, mas foi cortada dessa forma.

Eu quero dizer ao Ministro, no que se refere a essa política do BNDES, que a política pública e os cortes não foram feitos de forma linear. É importante frisar isso, senão fica parecendo que estamos querendo que os subsídios sejam retirados. O tratamento dessas questões não pode ser linear.

O BNDES tratou, aqui nesta Casa, o Ministro da Saúde ainda era Eliseu Padilha, de, em resposta à Frente Parlamentar da Saúde, da qual faço parte, dizer



que haveria uma linha de crédito no BNDES para os hospitais filantrópicos e as Santas Casas. No entanto, Ministro, essas instituições estão à beira da falência. Mais do que isso, estamos perdendo vidas. Exemplo clássico disso é o de Divinópolis. O maior hospital do centro-oeste mineiro está em situação de desespero, pagando juros reais, pagando juros acima da inflação! O Governo, em vez de ajudar, vê ali uma fonte de lucro. As únicas alternativas de crédito existentes são as oferecidas pela Caixa Econômica Federal, que tem sido parceira, mas que objetiva lucro.

O BNDES precisaria priorizar esse setor e dizer: *“Vamos ter alguma fatia aqui para esse setor.”* Deveria, ainda, ser mais duro no corte imposto ao setor privado, principalmente em alguns setores cartelizados da economia.

Por fim, Ministro, em relação à LDO, à LOA e ao PPA, que nós vamos apreciar este ano, estaremos atentos para buscar metas condizentes com o Plano Decenal de Educação. Nós precisamos chegar a pelo menos 7% do PIB, para o primeiro quinquênio.

Com relação à saúde, ficou claro, na emenda constitucional do orçamento impositivo, que se tornou obrigatória a execução de emendas parlamentares, e ficou claro que a saúde tem que alcançar patamares maiores de investimento.

Sr. Ministro, isto é o que quero compartilhar com V.Exa., para que possamos ter em vista quando da votação da LDO deste ano e principalmente do PPA, que vamos apreciar nos próximos dias: temos que elevar os investimentos em saúde e em educação no Brasil. Nós não podemos ficar só no discurso. Para isso, contamos com o apoio de V.Exa. e da equipe do Ministério do Planejamento. Eu concordo com a colocação que V.Exa. fez: muitas dessas coisas aqui têm de ser tratadas como política de Estado.

Eu estou na Comissão Mista de Orçamento com este sentimento: eu não faço oposição ao País em espaço nenhum desta Casa, mas, aqui principalmente, preocupa-me contribuir para que tomemos decisões boas para o Brasil. E decisão boa para o Brasil é ampliar os investimentos em educação e ampliar os investimentos em saúde pública, onde estão hoje os maiores gargalos.

Muito obrigado.



O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sr. Ministro, antes de a Presidente Rose de Freitas encerrar, gostaria apenas de fazer aqui um esclarecimento.

A Deputada Dorinha disse que existem alguns restos a pagar relativos a projetos feitos pelas Prefeituras, com a Caixa Econômica Federal principalmente. Em relação aos Municípios, a parte que lhes caberia nesses projetos foi cumprida.

Os projetos foram feitos, aprovados, inclusive onerando os Municípios com custos. Até determinado valor, é necessário que haja o depósito prévio de metade dos recursos, para que a Caixa autorize o Município a iniciar as obras. O decreto exige que o Município não apenas tenha iniciado as obras, mas que haja a medição até o dia 30 de outubro. Se o próprio Governo não libera essa parcela para que a Caixa possa autorizar o início das obras, isso quer dizer que o próprio Governo está fazendo um jogo incompatível com os Municípios, deixando-os com o ônus de ter elaborado o projeto e com a expectativa social que foi gerada. A obra pode ser pequena, do ponto de vista do Governo Federal, mas para o Prefeito da pequena cidade é uma grande obra. Geralmente, são obras importantes!

Gostaria também de fazer coro com o que disse o Deputado Domingos Sávio. De fato, o que se espera é que a Santa Casa possa ter o mesmo juro do Friboi, da Odebrecht, de Cuba, do Panamá. A questão da saúde é extremamente latente em todo o País! Ela é muito grave e muito urgente!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de agradecer ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, à Secretária de Orçamento Federal, Dra. Esther Dweck, e à equipe do Ministério: Maurício Muniz, Manoel Pires, Patrícia Mesquita, Miguel Ragone e Demetrius Cruz.

Quero dizer que esta é a colaboração que a nossa Comissão tem a dar, para suas reflexões. Espero que tenhamos contribuído para a reflexão do Governo, no sentido de atingir metas extremamente importantes para este País. E que as prioridades da população em termos de saúde, conforme ressaltado aqui por vários Parlamentares, possam também ser objeto de reflexão, porque esta é uma dor contínua que nós percebemos Brasil afora.

Eu agradeço a V.Exa. a presença. Muito obrigada mesmo.



Aproveito para agradecer ao 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins; ao 2º Vice-Presidente, Deputado Domingos Sávio; e ao Relator do PPA, Deputado Zeca Dirceu.

Antes de encerrar esta reunião, informo que fica convocada nova sessão para terça-feira, dia 2, às 14 horas. Nós vamos apreciar, em reunião extraordinária, várias mensagens que já estão dispostas na pauta que se encontra à disposição na Internet.

Está encerrada a reunião.